



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO - UFOP
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL - DESSO



SUÉLEM CRISTIANE DOS SANTOS

CAROLINA MARIA DE JESUS: UM DIÁLOGO COM A REALIDADE DAS
MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS

MARIANA - MG

2022

SUÉLEM CRISTIANE DOS SANTOS

**CAROLINA MARIA DE JESUS: UM DIÁLOGO COM A REALIDADE DAS
MULHERES NEGRAS BRASILEIRAS**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito para a obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Isis Silva Roza

MARIANA – MG

2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237c Santos, Suelem Cristiane Dos Sntos.

Carolina Maria de Jesus [manuscrito]: um diálogo com a realidade das mulheres negras brasileiras. / Suelem Cristiane Dos Sntos Santos. suelem cristiane dos santos santos. - 2022.

61 f.

Orientadora: Profa. Dra. isis rosa rosa.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Serviço Social .

1. Jesus, Carolina Maria de, 1914-1977. 2. Classes sociais. 3. Identidade de gênero. 4. Negras. 5. Raça negra. I. santos, suelem cristiane dos santos. II. rosa, isis rosa. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 929 Jesus, Carolina Maria de

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa-Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



FOLHA DE APROVAÇÃO

Suélem Cristiane dos Santos

Carolina Maria de Jesus: um diálogo com a realidade das mulheres negras brasileiras

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social

Aprovada em 1º de novembro de 2022

Membros da banca

Dra. Isis Silva Roza - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Me. Sheila Dias Almeida - Universidade Federal de Ouro Preto
Dr. Luciano Magela Roza - Universidade Federal de Ouro Preto

Isis Silva Roza, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 16/11/2022



Documento assinado eletronicamente por **Isis Silva Roza, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 16/11/2022, às 15:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0426870** e o código CRC **67B62028**.

AGRADECIMENTO

Este trabalho é a conclusão de uma etapa muito sonhada da minha vida. Eis que através deste, tenho a confirmação de que conquistei o meu tão sonhado diploma de nível superior de ensino. Sou a primeira, por parte da minha família materna, a ter a oportunidade de estar inserida em uma universidade federal e sei bem o peso que carrego e a importância que um título desse tem para mim e para aqueles que sonharam junto comigo.

Agradeço a Deus por me permitir realizar este sonho, e principalmente a minha mãe Helena, mulher negra que me criou praticamente sozinha. Formou tardiamente o ensino médio, guerreira de todos os momentos, horas, minutos e segundos, pelo exemplo de força, coragem, serenidade, bondade, luta e resistência, que desde sempre me incentivou, apoiou meus sonhos, e nunca me abandonou. Me recordo como se fosse ontem que minha mãe lia histórias para eu dormir, acredito que isso incentivou meu gosto pela leitura, além disso, ela foi a primeira pessoa para quem contei que entrei na universidade, fui até o seu serviço onde ela é faxineira numa noite e contei a ela que entrei em uma universidade pública e nós duas choramos juntas de felicidade. Meu percurso até aqui não foi fácil, por ter sido estudante de escola pública a vida toda tive meus déficits de aprendizagem, na adolescência comecei com o tratamento de ansiedade e depressão, já na universidade isso se intensificou, pois sabemos que as universidades não oferecem o suporte necessário para os estudantes que têm este diagnóstico. Mas deixo aqui registrado, para as mulheres negras universitárias minha declaração: a universidade é só mais uma das provas do dia a dia que temos que enfrentar, não desistam dos seus sonhos, ele é possível!

Busquei durante dois períodos, uma orientadora que tivesse a representatividade de gênero e raça na universidade, foi uma busca difícil pois sabemos das dificuldades que é fazer parte do mundo acadêmico, sendo uma mulher negra, portanto, gostaria de agradecer à minha orientadora Isis Silva Roza, que proporcionou enorme enriquecimento à construção deste trabalho, pelo suporte, correções, orientações e compreensão. Através do contato com você, pude perceber que, mesmo com todo conhecimento do mundo, é possível carregar conosco simpatia, humildade e, principalmente, humanidade. Admirável exemplo de profissional, sua calma e serenidade me ajudaram a construir este trabalho. Por eu ser uma estudante que tem diagnóstico de ansiedade e depressão, me cobro bastante, portanto, acredito que se eu não

tivesse recebido esta tranquilidade, o processo do trabalho de conclusão de curso teria sido bem mais difícil. Obrigada por acreditar no meu potencial, acolhendo a mim e ao meu trabalho de forma tão cuidadosa, me ensinando que o conhecimento deve ser compartilhado e principalmente a não duvidar de mim mesma. Aos integrantes da minha banca, Sheila Dias e Luciano Roza, que prontamente aceitaram participar desse momento tão importante da minha vida. Enfim, o meu agradecimento se estende a todas e todos que direta ou indiretamente fizeram parte deste processo que agora se torna uma realidade!

Reconhecer que as mulheres negras são intelectuais em vários campos do pensamento, produzem artes em várias modalidades, o imaginário brasileiro pelo racismo não concebe para uma mulher negra ser escritora, é preciso fazer muito carnaval primeiro.

(EVARSITO, apud, CARTA CAPITAL, 2017)

RESUMO

No Brasil, a trajetória de escritoras e escritores negras (os) perpassa por diversos desafios. Carolina Maria de Jesus foi uma escritora negra, escreveu no decorrer do século XX várias obras, e procurou através da sua escrita, abordar diversos problemas da sociedade naquele período, principalmente os que afligiam a favela onde morava. O objetivo principal deste trabalho é fazer uma análise acerca da trajetória de Carolina Maria de Jesus, e as relações de raça, gênero e classe social na obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, além de analisar a presença e a importância das mulheres negras escritoras do Brasil. As contribuições do pensamento da autora para o Serviço Social também serão tratadas no TCC. O passado escravocrata se faz presente ainda nos dias de hoje e, com isso, torna a vida das mulheres negras ainda mais difícil em relação ao cotidiano e vida das mulheres e homens brancos. Nesse sentido, trata-se de um estudo que contribui não só para pensarmos a trajetória e produção de Carolina de Jesus, bem como também uma oportunidade para repensarmos, igualmente, sobre os dilemas e desafios existentes no universo cultural intelectual nacional brasileiro. O que reafirma a necessidade de uma revolução para construir uma sociedade que esteja longe das conformidades e ditames do capitalismo, contrária ao racismo, sexismo, classismo e todas as formas de opressão.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus, raça, gênero, classe social, mulheres negras.

ABSTRACT

In Brazil, a trajectory of black writers and writers goes through several challenges. Carolina Maria de Jesus was a black writer, wrote several works in the 20th century, explored and explored problems of the society of her writing in that period, especially those that afflicted her. The main objective of this work is to analyze the trajectory of Carolina Maria de Jesus, and the relations of race, gender and social class in the work “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, as well as the presence and importance of black women writers. from Brazil. The slaveholding past is still present today and, with this, makes the lives of black women even more difficult in relation to the daily life and life of white women and men. In this sense, it is a study that not only allows us to think about the trajectory and production of Carolina de Jesus, but also an opportunity to rethink, equally, about the dilemmas and challenges existing in the Brazilian national intellectual cultural universe. Which reaffirms the need for a revolution to build a society that conforms to the dictates of capitalism, class racism and all forms of pressure.

Key-words: Carolina Maria de Jesus, breed, genre, social class, black women.

LISTA DE SIGLAS

ABESS – Associação Brasileiras de Escolas de Serviço Social.

BH – Belo Horizonte.

CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais.

CBCISS – Centro Brasileiro de Cooperação Internacional em Serviços Sociais.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

LGBTQIAP+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais, Arromânticas, Agênero, Pansexuais, Polissexuais e mais.

MNCDR – Movimento Negro Unificado Contra Discriminação Racial.

MNU – Movimento Negro Unificado.

PIDIC - Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência.

UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto.

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 11 |
| 2 A TRAJETÓRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS E AS ESCRITAS NEGRAS | 15 |
| 2.1 A vida e obra de Carolina Maria de Jesus | 15 |
| 2.2 Mulheres escritoras negras | 24 |
| 3 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO | 29 |
| 3.1 O capitalismo e a relação entre classe, raça e gênero | 29 |
| 3.2 Mulheres negras: raça, gênero e classe..... | 33 |
| 4 CAROLINA DE JESUS: A NECESSIDADE HISTÓRICA DE UM NOVO HORIZONTE SOCIETÁRIO | 41 |
| 4.1 Análise da obra "Quarto de Despejo" de Carolina Maria de Jesus | 41 |
| 4.2 Carolina Maria de Jesus e as contribuições para a prática do Serviço Social | 47 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 56 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 59 |

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a obra “Quarto de despejo – diário de uma favelada”, da escritora Maria Carolina de Jesus.

Essa pesquisa está conectada com a minha realidade enquanto mulher, negra e pobre, pertencente a uma classe que é severamente superexplorada todos os dias, e que compõe a grande maioria da população brasileira. Faço uso desta minha condição e tenho consciência de que não estou sozinha, afinal, essa é a condição de classe e raça da maioria das mulheres negras da sociedade brasileira.

A presente pesquisa é também uma homenagem a Carolina Maria de Jesus, mulher negra, escritora, poetisa e compositora brasileira. O livro escolhido para análise, “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, aborda uma escrita testemunhal sobre o cotidiano da autora e dos moradores da Favela do Canindé em São Paulo na década de 1960.

É importante e necessário o aprofundamento dos elementos que envolvem questões de raça, gênero e classe social na obra de Carolina Maria de Jesus, a partir de diálogos com o Serviço Social. Compreender como a autora descreve a luta da mulher preta, ao criar sozinha seus filhos, em condições mínimas, expondo as múltiplas expressões da questão social na vida cotidiana de uma favela.

O objetivo geral é refletir sobre a relação raça, gênero e classe social na obra “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus. Entre os objetivos específicos, podemos apontar: conhecer a trajetória de Carolina Maria de Jesus; entender a representação das mulheres negras escritoras do Brasil; e refletir sobre as contribuições da obra de Carolina Maria de Jesus para o Serviço Social.

O Trabalho de Conclusão de Curso busca identificar na obra de Carolina a fome, gênero/raça (mulher preta) e classe social, elementos fundamentais para pensar a escravatura atual, como a própria Carolina ressaltava em seus textos, que a fome é amarela, sobre o olhar do Serviço Social. Ainda, se alinha ao entendimento da urgente necessidade de se construir alternativas que modifiquem esta realidade imposta.

Ao longo da minha graduação, participei de experiências relevantes para minha formação enquanto assistente social. Tive a oportunidade de ser bolsista do projeto de extensão: “A constituição do ser social na cena contemporânea”, sob orientação do Prof. Dr. André Mayer no ano de 2019, me permitindo aprofundar nos elementos determinantes que

saturam as relações sociais na cena contemporânea e os impactos na constituição do ser social, além de dar início aos meus estudos no feminismo marxista, na visão revolucionária e democrática de Rosa Luxemburgo.

Por conseguinte, também participei do Projeto de Pesquisa: "Memórias e Documentos Contestatórios no Serviço Social em Espanha no período de 1960/ 1980 e Movimento de Reconceituação no Serviço Social na América Latina", realizado no ano de 2020, sob orientação da Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara – Coordenadora. Além disso, me encontro vinculada, desde o ano de 2020, ao Projeto de Ensino PIDIC: "Clube de Leitura Diversidade e Convivência", na qualidade de uma das integrantes bolsistas, sob orientação da Profa. Dra. Virgínia Alves Carrara – Coordenadora. É um espaço de estudos e reflexões sobre temáticas como: feminismo, diversidade sexual, racismo, LGBTQIAP+¹ fobia e relações de classe, a fim de que a cultura opressora, racista, patriarcal em nossa comunidade acadêmica e na sociedade em geral possa ser alterada, e a convivência entre os diversos seja respeitada. No segundo ano do projeto, o Clube teve como tema central a mulher.

Na 3ª edição, altera seu nome para "Clube de Leitura Diversidade e Convivência Carolina Maria de Jesus" em homenagem a esta escritora, autora de crônicas, romances, contos, peças de teatro e também compositora. A metodologia desenvolvida é a leitura, discussão mensal das obras em diálogo com a realidade e condição das mulheres, com destaque ao tema étnico-racial na contemporaneidade, especialmente diante do avanço do pensamento reacionário. Foi a partir da inserção neste projeto, que tive a oportunidade de ler e conhecer a trajetória e obras de Carolina Maria de Jesus.

O diálogo entre o Serviço Social e a obra de Carolina Maria de Jesus está na relação entre raça, gênero e classe, na medida em que a profissão atua no enfrentamento das múltiplas expressões da "questão social", advindas da contradição capital x trabalho, na defesa da classe trabalhadora, por um modelo de sociabilidade sem dominação, exploração de classe, etnia, gênero. Além disso, o Código de Ética do (a) Assistente Social (Lei 8662/93) afirma que o exercício profissional deve ser realizado sem ser discriminado (a) ou discriminar por questões de inserção de classe social, etnia, gênero, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade ou condição física.

A obra de Carolina Maria de Jesus é reconhecida como Literatura Marginal "que não tem a linguagem coloquial, escrito por escritores oriundos da periferia" (CARNEIRO, 2017,

1 A sigla LGBTQIAP+ corresponde às pessoas que são L: Lésbicas; G: Gays; B: Bissexuais; T: Transexuais, Travestis e Transgêneros; Q: Queer; I: Intersexuais; A: Assexuais, Arromânticas e Agênero; P: Pansexuais e Polisexuais e mais.

p. 254), ou Escrevivência que é “escrever através das vivências daquilo que te constitui” (EVARISTO, 2016, s/p.), onde narra o cotidiano passado na favela, ressaltando sua importância para o fortalecimento da perspectiva da mulher negra na literatura brasileira. A redação de Carolina, a sintaxe do texto, por vezes foge ao português padrão e por vezes incorpora palavras rebuscadas que ela parece ter aprendido com as suas leituras.

A escritora, sendo semianalfabeta, instruída até o então segundo ano em uma escola primária, em diversas entrevistas, se identificou como uma autodidata e disse que aprendeu a ler e a escrever com os cadernos e livros que recolhia das ruas.

Honesto e transparente, vemos na fala de Carolina a personificação de uma série de falas possíveis de outras mulheres, que se encontram igualmente em uma situação social de abandono. “Quarto de Despejo” é uma leitura dura e difícil.

Ao analisarmos o contexto histórico de Carolina Maria de Jesus e sua origem social, procuramos ir além do estereótipo de uma mulher negra e pobre que escreve, e que, após a ascensão, se submeteu aos diferentes usos de sua imagem. Por fim, pretendemos mostrar como a escrita de Carolina é referência e inspiração para outras mulheres, uma vez que apresenta o ponto de vista daquelas que são duplamente silenciadas, mas que buscam na literatura o meio para contar suas próprias histórias.

Assim, a relevância de pesquisar Carolina Maria de Jesus dentro do Serviço Social se constitui na medida em que ela é pouco estudada na área, restringindo-se muitas vezes ao campo das Letras. A pesquisa também mostra como ainda hoje, a obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, aborda temas atuais e cotidianos da realidade social. Debater e trazer as experiências do cotidiano de uma mulher negra na perspectiva da usuária do Serviço Social.

Lembramos, ainda, que a primeira morte por covid-19 no Brasil foi uma mulher negra e empregada doméstica, um retrato das desigualdades que estruturam a realidade brasileira. A mulher de 63 anos, enquadrada no grupo de risco, tinha obesidade, diabetes, hipertensão e infecção urinária. Não era aposentada, porque ainda não tinha tempo de contribuição. Foi infectada na casa da patroa que viajou para a Itália e estava com a doença. Esta realidade é emblemática das desigualdades brasileiras e como a pandemia afeta mais as mulheres, principalmente as mais pobres e negras. As mulheres pobres, que são majoritariamente negras, estão mais vulneráveis a contrair a doença. Assim, elas vão enfrentar o desemprego, senão a morte, ou uma imersão ao risco de contaminação muito grande, lembrando que as mulheres brasileiras são as que mais atuam na informalidade do trabalho e em atividades ligadas ao ato de cuidar. Sendo assim, precisamos de um novo pacto que encare estas

desigualdades e mude a realidade em que as mulheres vivem hoje. Uma sociedade mais justa e igualitária.

A realização do presente estudo ocorreu em caminho metodológico que se inicia a partir de estudos bibliográficos e qualitativos, com base em levantamento de produções teóricas, mediante a análise, avaliação e interpretação das informações obtidas, propondo um diálogo entre a literatura, relações sociais, raça, gênero e classe, no contexto histórico-social da mulher negra. Essa etapa envolve também um levantamento das obras da Carolina Maria de Jesus que foram publicadas até o momento, seja quando ainda estava em vida, seja as publicações feitas após a sua morte, algumas foram selecionadas e citadas no decorrer desse trabalho.

Dentre as obras da escritora Carolina Maria de Jesus, podemos destacar obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, que foi publicado em 1960, “Casa de Alvenaria: o diário de uma ex favelada”, publicada em 1961, “Pedacos da fome”, publicado em 1963, “Diário de Bitita”, publicado em 1986. Das obras citadas, obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” foi analisada mais detalhadamente.

Diante destes elementos, optamos por organizar a narrativa deste trabalho em três partes diferentes. Na primeira parte busca compreender a vida e obra de Carolina Maria de Jesus. Nesse contexto, conhecer um pouco a respeito da bibliografia de Carolina nos permitiu fazer um apanhado de alguns fragmentos de sua trajetória de vida e entender as particularidades dela enquanto mulher negra, mãe solo e escritora.

Na segunda parte do texto, buscamos refletir sobre o modo de produção capitalista e as relações de classe, raça e gênero, além de entender o contexto e as particularidades que as mulheres negras vivenciam.

Na terceira parte, procuramos fazer uma análise da obra "Quarto de Despejo: diário de uma favelada" de Carolina Maria de Jesus, na tentativa de encontrar e trazer elementos que ajudem a entender a realidade vivida, utilizando o primeiro livro que foi publicado. Com isso, podemos compreender quais foram e são as possíveis contribuições da autora para o Serviço Social, que é de fundamental importância no cenário contemporâneo para pensar a condição da mulher negra enquanto escritora, e compreender o papel que seu trabalho desempenha na construção e propagação do conhecimento.

2 A TRAJETÓRIA DE CAROLINA MARIA DE JESUS E AS ESCRITAS NEGRAS

O presente capítulo busca compreender a trajetória de vida e as particularidades de Carolina Maria de Jesus enquanto mulher negra, mãe solo e escritora. Trazendo uma breve análise da bibliografia da autora da infância, alfabetização, relações familiares até sua vivência na favela do Canindé, onde consegue lançar o seu primeiro livro, “Quarto de Despejo”. Por conseguinte, analisamos a presença da mulher negra na literatura brasileira e os desafios e possibilidades encontradas por estas mulheres.

2.1 A vida e obra de Carolina Maria de Jesus

Para conhecermos quem foi Carolina, utilizamos o estudo da obra “Antologia pessoal”² de Carolina Maria de Jesus, o livro retrata a bibliografia da autora que nasceu no dia 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais. Foi matriculada em 1923, no Colégio Alan Kardec, instruída até o segundo ano em uma escola primária. Em 1924/1927, a família e Carolina viveram como lavradores em uma fazenda em Lageado, Minas Gerais. Mas Carolina queria juntar sua vida a de algum segmento nacional respeitável minimamente, aspirava-se a ser, pelo menos, classe média. Carolina Maria de Jesus e família retornam para Sacramento, Minas Gerais no ano de 1927. Muda-se no ano de 1930, com a família, para Franca, São Paulo, onde trabalhavam como lavradores em uma fazenda e depois, na cidade, como empregada doméstica. Em 1937, morreu a mãe de Carolina Maria de Jesus que, em 31 de janeiro, foi para São Paulo, onde trabalhava como faxineira de hotel, empregada doméstica e como catadora de papéis na rua de São Paulo.

Na cidade de São Paula, Carolina Maria de Jesus teve a publicação de sua foto, no jornal da Folha da Manhã, ao lado do jornalista Willy Aureli no dia 24 de fevereiro de 1941, onde também aconteceu a primeira publicação do poema de Carolina Maria de Jesus em louvor a Getúlio Vargas no jornal Folha da Manhã, infelizmente as poesias de Carolina não ganham muita repercussão, pois para os jornais poesias não são lucrativas.

No ano de 1948 Carolina Maria de Jesus muda-se para a favela do Canindé, onde os filhos de Carolina nasceram. Em 1948 nascimento do primeiro filho, João, depois do relacionamento

² Antologia Pessoal é uma reunião de obras artísticas notáveis, organizado pelo historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, a jornalista Marilene Felinto (1996).

com um marinheiro português, que a abandona; já em 1950 data do nascimento do segundo filho, José Carlos, após relacionamento com um espanhol; nascimento do terceiro filho no ano de 1953, Vera Eunice, após relacionamento com um dono de fábrica e comerciante.

Em 15 de julho 1955, inicia os registros, em diário, sobre a vida na favela, depois de muito persistir e enviar cópias dos seus escritos para editoras. No ano de 1958, Carolina Maria de Jesus teve o primeiro contato com o jornalista Audálio Dantas, devido à reportagem para Folha da Noite sobre o playground instalado na favela do Canindé. A revista O Cruzeiro, onde Audálio Dantas passará a trabalhar, publica trechos dos diários de Carolina no ano de 1959.

No mesmo ano houve a publicação de “Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada”, em edição de Audálio Dantas, Carolina Maria de Jesus foi um sucesso de vendas e de crítica. Na noite de autógrafos, foram vendidos 600 exemplares; no primeiro ano, com várias reedições, mais de cem mil exemplares, nos três primeiros dias após o lançamento, mais de dez mil exemplares foram vendidos e Carolina virou um fenômeno literário da sua geração. “Quarto de despejo” chegou a vender 90 mil exemplares, traduzido em 13 idiomas, lido em mais de 40 países. “Quarto de Despejo” é até hoje o mais vendido dos textos brasileiros em países como Estados Unidos, Alemanha e França.

Carolina sai da favela do Canindé na década de 60, após o sucesso de vendas do seu primeiro livro e muda-se inicialmente para os fundos da casa de um amigo, em Osasco. Pouco depois, instala-se na casa que comprara, no Alto de Santana. Homenageada pela Academia Paulista de Letras e pela Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo. Viaja à Argentina no ano de 1961 (onde é agraciada com a "Orden Caballero Del Tornillo"), ao Uruguai e ao Chile. Viaja também para várias regiões do Brasil. Na Feira do Livro do Rio de Janeiro desentende-se com Jorge Amado; Publica em 1961 seu segundo livro “Casa de Alvenaria: Diário de uma Ex-favelada”, com apresentação de Audálio Dantas. Pouca repercussão da obra, que não agradou nem ao público comum, nem aos setores intelectualizados, por conter diversas críticas sociais; no ano de 1963 publicou “Pedaços da Fome”, o romance, é publicado com apresentação de Eduardo de Oliveira, tendo sido recebido com indiferença pela imprensa.

Carolina, mulher de temperamento forte, foi personificação do modelo de brasileira suscetível a variações de uma época que viu a Bossa Nova nascer no mesmo instante em que se criava o rock nacional; a construção de Brasília; a instalações da indústria automobilística que colocava o Fusca ao alcance de novos consumidores.

O aparecimento de Carolina Maria de Jesus no mundo literário onde só tinha os bem-nascidos, por ter produzido uma obra de destaque no momento em que as mulheres até

mesmo as brancas, apesar das escritoras como por exemplo Lispector, Meirelles, Carraros e outras mulheres brancas, tinham de vencer as dificuldades para se provarem no cenário nacional. Carolina, além de ser uma mulher, era preta, pobre, instruída até o segundo ano em uma escola primária e sem nenhum recurso econômico. A escritora popular brasileira impressionava na época, não pelo volume dilatado de páginas, mas pelos romances, contos e poesias épicas, trágicas, simples e simplisticamente líricos independentemente da qualidade textual seus textos, obras, traz uma mensagem social que expressa a realidade de uma mulher que, jamais aceitou a condição de submissa, favelada e mãe solo como algo inferior.

Seus registros bibliográficos, funcionavam como documentação de experiências até então jamais autenticadas por autores de quem passou por uma vida miserável. Sendo Carolina uma mulher preta, favelada, semianalfabeta, mãe solo e pretensamente de oposição à ordem estabelecida na época. Ela só consegue com tudo, ter ascensão social quando um homem branco já reputado jornalista Audálio Dantas, apresenta ela a sociedade brasileira. Ouve a possível passagem de Carolina do mundo dos marginalizados para o segmento nacional respeitável minimamente, como um ritual de ascensão, após a publicação do seu primeiro livro.

Carolina Maria de Jesus foi mãe solo, por quatro vezes, ainda que apenas três filhos tenham sobrevivido, sendo que cada um dos pais de seus filhos era declaradamente branco e estrangeiro. Trabalhou em diversas funções sendo elas como empregada doméstica, e foi demitida de várias casas onde trabalhou, de catadora de papéis, vendedora ambulante e faxineira de hospitais e hotéis.

Os versos de Carolina ficaram na lembrança de um passado que só ela poderia recriar, como nas histórias recontadas depois de uma prosa, mais especificamente em versos.

Carolina Maria de Jesus falava, pertinentemente da saudade da sua infância em Sacramento e das lembranças de sua mãe:

Mãe é sempre mãe
 Se eu tivesse a minha
 Oh que grande felicidade
 Foi a única mulher
 Que me amou com sinceridade
 Nas suas orações.
 Incluía-me no pensamento
 Para Deus contar-me as aflições
 E livrar-me dos sofrimentos.
 Quando eu adoecia
 Era imenso o seu estertor
 O olhar que me dirigia
 Revela o seu amor.
 Mais, um dia ela sucumbiu

Quem morre não volta mais
 Depois que ela partiu...
 Notei
 Que falta a mãe nos faz
 Mamãe foi meu relicário
 O que me ensinou ainda lembro
 O dia do seu aniversário
 Vinte e cinco de dezembro. (JESUS, 1996, p.67)

Carolina destacava em seus versos tristemente a morte da sua filha que morreu na maternidade no dia 29 de setembro.

(...) Resta-me apenas a saudade
 Da minha filha: minha boneca
 Morreu na maternidade
 Na rua frei Caneca
 Ela morreu eu me lembro
 Dia 29 de setembro
 A mãe nunca esquece
 O filho que fenece ... (JESUS, 1996, p.56)

É certo que ser poeta trazia mobilidade e nobreza, isso era tudo que se fazia necessário para se distinguir do grupo de outros negros alfabetos e de pobres e esquecidos do mundo rural. Essa mesma Carolina que aspirava a modos finos de vida, de sua temática rememorações da terra natal e através da reconstrução do avô, o Sócrates africano e da mãe sofrida. E como sofrer era-lhe vital, ser vítima seria, por fim, sina de verzejador como ela mesma afirmava no seu riso de poeta:

Poeta, porque choras?
 Que triste melancolia.
 É que minh'alma ignora
 o esplendor da alegria.
 Êste sorriso que em mim imana,
 A minha própria alma engana.
 Passei a vida a idealizar
 sem concretizar
 um sonho sequer.
 Pretendia me casar
 E ter um lar
 com filhos e a mulher.
 Mas nem sempre se realiza
 o que a mente idealiza. (JESUS, 1996, p.19)

Carolina Maria de Jesus entendia a realidade social da cultura da época, o que permitiu ver as condições estabelecidas pelo papel da mulher negra, o que nos permitiu em sua produção, ver o quanto ela almejava, fazer parte do mundo dos letrados.

Carolina tinha um total de 37 cadernos, mesmo na pobreza e desigualdade, os escritos estão em cerca de 4.000 páginas manuscritas cuidadosamente, recolhidas por ela própria com o zelo comovente.

Entre os poemas selecionados por ela em sua obra "Antologia Pessoal", um chamou-me atenção ao remeter a essência de uma proposta vivencial, poesia sobre pessoas famosas que mesmos contribuindo com a sociedade morreu de forma drástica:

Vidas

Nem sempre são ditosas
 Vidas das pessoas famosas
 Edgar Allan morreu na sarjeta
 Na guilhotina Mari Antonieta
 Luiz de Camões teve que mendigar
 Gonçalves Dias morreu no mas
 Casimiro de Abreu morreu tuberculoso
 Tomaz Gonzaga, louco furioso
 Getúlio para impedir outra revolução
 Suicida-se com um tiro no coração
 Santos Dumont inventor do avião
 Que foi utilizado na revolução
 Para ver o Brasil independente
 Morre na forca nosso Tiradentes
 Luiz XVI, rei incidente
 Morre tragicamente
 Sócrates foi condenado a morrer
 Cinete lhe obrigaram a beber
 João Batista reprimia os transviados
 Foi preso e decapitado
 Abraão Lincoln abolindo a escravidão
 Foi morto à traição
 Euclides da Cunha escritor proeminente
 Sua morte foi cruelmente
 Joana D'Arc vendo a França oprimida
 Defendendo-a pagou com a vida
 Camilo Castelo Branco foi escritor
 Ficou sego, suicidou-se
 Kennedy desejava a integração
 Reprovaria a segregação
 Foi morto à bala
 Na cidade de Dallas
 Jesus Cristo foi julgado
 Foi chacinado e crucificado
 Com requinte de perversidade
 O pior crime da humanidade. (JESUS, 1996, p.23-24)

Faz menções aos políticos e, uma crítica significativa ao golpe militar e aos excluídos, os processos políticos ditatoriais, o não reconhecimento em vida e a exclusão. Os textos poéticos de Carolina refletem aspectos da cultura da época, deixando de lado exageradamente o romântico e pensando o social. Alguns dos versos escritos por Carolina seriam feitos para

serem cantados, nota-se a primeira vez em 1975, quando passou a limpo os poemas, já a segunda em 1976, porque antes da sua morte, quando fez ela própria uma antologia.

Ao longo da minha graduação no Curso de Serviço Social, nunca tinha ouvido falar da escritora Carolina Maria de Jesus, somente no ano de 2020, no sétimo período, quando entrei para o projeto de extensão do Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC), “Projeto: Clube de Leitura Feminismo, Diversidade e Convivência”, ano em que se teve início da crise sanitária da pandemia do covid-19, com atividades remotas online via google meet. Tivemos um encontro no dia 26 de novembro de 2020, para leitura da obra “Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada”, com o objetivo de discutir e refletir, “Quarto de despejo”, foi para mim naquele instante um soco no estômago, um relato triste e direto sobre alguém que viveu na miséria, mas sem ser melodramático. Fico pensando que quando Carolina escrevia seus diários que deu origem ao seu primeiro livro, ela sonhava em ser escritora, mas isso era tão distante da sua realidade, pois ela não tinha o que dar de comer para os filhos, ela escrevia sem muita expectativa de que alguém fosse ler.

Carolina de Jesus nasceu no dia 14 de março de 1914, em Sacramento, Minas Gerais, e morreu de uma crise de asma em São Paulo, em 1977, aos 63 anos. Nasceu em um ano de guerra mundial e a vida dela foi uma batalha contra a pobreza e contra a fome. Boa parte da vida de Carolina foi como catadora de papel e assim sustentava os seus 3 filhos. No material que ela coletava para vender, ela encontrava restos de cadernos e tocos de lápis, e com eles escrevia diários sobre sua rotina de mãe solo, mulher negra e pobre. Carolina era articulada, era o que a gente chamaria de líder comunitário, porque falava da sua localidade. E foi assim, que conheceu o jornalista Audálio Dantas, em 1958, que contribuiu para tornar público o primeiro livro de Carolina, e que seria o seu grande sucesso, “Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada”, Dantas fez a ponte entre ela e o mundo editorial.

Quando Carolina nasceu no Brasil vivia os primeiros anos da República e também do pós-abolição, ela fez parte de uma população negra que era descendentes de escravos, vivendo às margens, inviabilizados. Em novembro de 1988, a república substituiu o regime monárquico no Brasil. Em 1914, o país mantinha características escravistas, com desigualdade social e racial, e concentração fundiária e de renda. Percebe-se que este ainda é o Brasil de 2022! A República prometia direitos, mas o povo preto e pobre se viu sem trabalho e sem tratamento digno disponibilizado pelo Estado, o que infelizmente não mudou muito com o passar dos anos.

Carolina não conheceu o pai. Cresceu com a mãe, as tias e o avô. Enfrentou o preconceito racial dentro da própria família: ela e o irmão não podiam entrar na casa da tia-

avó Ana Marcelina, que era “mulata clara” e não gostava de negros. A escritora relata também as interdições sociais da época naturalizadas na sua cidade, Sacramento, com a proibição de que os negros frequentassem o centro da cidade em dias úteis, considerando que deveriam estar trabalhando nas fazendas. Na igreja, os negros só eram admitidos na missa das 6 horas da manhã.

A cidade de Sacramento se tornou, desde a segunda metade do século XIX, importante no plantio de café. Como aconteceu em muitas outras cidades no início da república, não havia oferta de ensino público. Em relação à educação no Brasil, o ministério da educação foi criado em 1930 com a proposta de criar uma política nacional de educação, mas não universalizou a instituição pública. Somente no final da década de 80, com a redemocratização e o fim da Ditadura Militar, que ocorreu a universalização da educação, com reforma nos programas educacionais municipal e estadual. As ditaduras e os regimes autoritários são contra a educação da população pobre. Percebemos mais uma vez no governo Bolsonaro no ano de 2019, onde foram feitos cortes no recurso da educação pública. Então, na cidade natal de Carolina, a vida estava meio definida no nascimento: nasceu com dinheiro, vai poder ir estudar em algum grande centro, nasceu pobre vai viver analfabeto, trabalhando nas favelas dos coronéis ou em trabalhos domésticos nas casas de família, Carolina escreve observando essa organização social.

Carolina Maria de Jesus, recebeu instrução formal somente por 2 anos, na década de 30, no colégio Allan Kardec num colégio espírita. Nesse período aprendeu a ler, escrever e contar. Nesse curto período teve a chance de aprender formalmente, que foi patrocinado por uma senhora rica de Sacramento, Senhora Maria Leite Monteiro de Barros. Mesmo sem chance de estudar muito, ela devorava livros, jornais e revistas achados no lixo. E assim foi formando seu entendimento da desigualdade social, que era sentida por ela na pele. Ela entendeu que a fome é um processo, principalmente político. Então, além da capacidade de comunicar sua autobiografia, Carolina tinha um olhar aguçado pelas dinâmicas sociais de seu tempo e reconheceu a injustiça em que estava presa por ter nascido mulher, pobre e preta. A sua inspiração para narrar sua vida veio do avô, que apesar de analfabeto, era considerado de grande capacidade retórica e oratória, inclusive pelos brancos da região na sua época.

Em 1933, ela e sua mãe foram presas, porque Carolina sabia ler e concluíram que ela lia para praticar feitiçarias. Em 1937, a mãe morre e ela migra definitivamente para São Paulo, em busca de melhores condições de vida e oportunidade de trabalho. Ela que era pobre, passa a ser também favelada, quem é pobre no campo, quando chega na cidade grande vira

miserável. Quando ela chega em São Paulo, Getúlio Vargas está implementando sua ditadura com o Estado Novo.

Em 1948 Carolina muda para a favela do Canindé, onde conhece o jornalista Audálio Dantas, que foi quem a ajudou a publicar seu primeiro livro, ele reuniu anos de anotações da rotina de Carolina na favela, sofrendo para alimentar os filhos, se desentendendo com os moradores da favela, suas impressões sobre a política, sobre a cidade de São Paulo, sobre a vida dos que viviam na favela. Ele organiza as anotações dela no livro “Quarto de despejo”, publicado em 1960. Antes de lançar o livro, Dantas vinha fazendo matérias jornalísticas sobre a favela, tendo Carolina como personagem. Ele começa um trabalho de divulgação da autobiografia que viria, fazendo com que o público tivesse curiosidade sobre essa mulher, que é semianalfabeta, mas que sabia se expressar.

“Quarto de Despejo - Diário de uma Favelada”, conta a rotina de fome de Carolina Maria de Jesus e dos filhos do ano de 1955 a 1960. A primeira edição foi esgotada em poucos dias, tendo vendido quase 10 mil exemplares em uma semana. Era um feito inédito para uma mulher negra, moradora de favela. De excluída, Carolina foi a um lugar de destaque entre as escritoras brasileiras da década de 60. A narrativa é sobre a autora, mas é também uma denúncia dos contrastes sociais da época. “Quarto de despejo” reúne descrições de suas vivências como catadora de lixo e escritora de diários.

Em 1961, viajou para várias cidades do Brasil e para Uruguai, Chile e Argentina, dando entrevistas sobre o livro “Quarto de despejo”. Nesse mesmo ano foi lançado o “Carolina Maria de Jesus- Cantando suas composições” em seguida sua autobiografia, “Casa de alvenaria - Diário de um ex- favelada”. Com as vendas do livro “Quarto de despejo”, Carolina ganha muito dinheiro e consegue sair da favela para uma casa. O segundo livro não teve o mesmo sucesso que o primeiro e as dificuldades na vida de Carolina continuaram. Em 1963, Carolina publicou 2 livros, “Pedaços de fome e Provérbios”, também autobiográficos. Esses últimos ela precisou financiar a publicação. Em 1969, Carolina muda-se para o sítio onde viria a morrer.

Carolina, depois de ter passado pelo sucesso com a obra “Quarto de Despejo: diário de uma favelada”, conseguiu guardar parte do dinheiro que conseguiu acumular, para comprar um sítio em Parelheiros e lá, de certa forma, procurou recriar, até sua morte em 1976, sua vida de labradora. Pobre Carolina morreu, contudo, a morte não roubou sua figura e os poemas que a seguem.

Além daqueles que foram publicados em vida, Carolina deixou 58 cadernos, mais de 5 mil páginas contendo romances, contos, poemas, peças de teatro e marchas de carnaval.

“Diário de Bitita” é de 1982, sendo que Bitita era o apelido de Carolina quando criança. “Diário de Bitita”, fala sobre a infância e as memórias do passado da escritora. Narra um episódio em que pedia à mãe para virar homem, porque não gostava de ser mulher. Esse desejo denuncia que Bitita entendia desde cedo a condição subalterna da mulher na sociedade machista brasileira. Neste livro, Carolina mostra a tentativa do negro de fazer parte de uma nova ordem social, quando o país estava se industrializando. A cidade de São Paulo é mencionada como positiva, o lugar para onde Carolina queria ir realizar seus sonhos. Já em “Quarto de despejo”, que é escrito em São Paulo, a narrativa é crua sobre a dureza da cidade grande com os pobres vindos do campo e das cidades do interior. O que era utópico em relação a São Paulo na infância da escritora se converte em desencanto.

A exclusão social e racial aparece ao longo de toda narrativa de “Quarto de despejo”. A autora aponta a diferença dos espaços urbanos, com as diferenças estéticas do espaço e dos habitantes. Carolina nunca aceitou essa hierarquização e, em seus textos, questiona a naturalização com que o mundo parece ter sido dividido entre pretos e brancos, pobres e ricos. A Ditadura Militar (1960-1985) estava para começar quando “Quarto de despejo”, faz sucesso, contendo menções à cor e raça, numa tentativa de apagamento das diferenças. Essa política de tentar vender o Brasil como um país homogêneo é negativa e desrespeitosa, porque se as autoridades estão insistindo em que não há diferenças, anula-se o discurso dessa população em solicitar direitos e respeito. Os textos de Carolina Maria de Jesus incomodam esse grupo decidido a apagar os diferentes, porque confrontam a sociedade iludida na ideia do “somos todos iguais” com a realidade dos grupos rejeitados aos guetos sociais. “Quarto de despejo” revela uma realidade que crescia nas grandes cidades: a das favelas com moradias precárias, condições insalubres, onde a maioria dos moradores são pretos. O livro escrito por uma mulher, semianalfabeta, catadora de lixo, negra e moradora de favela sacode e incomoda a sociedade anestesiada por notícias de jornais censurados, com a realidade maquiada, e desconstrói o mito da equidade entre as raças. Não existindo igualdade entre pretos e brancos como queria fazer crer a ditadura. Carolina revela a ausência de políticas públicas e oportunidades para uma quantidade enorme de brasileiros pretos, mas não interessava à ditadura difundir discurso sobre pobreza e condições sociais.

A simples menção ao termo “favela” denunciava que o modelo econômico adotado pelos militares, com base na industrialização, não solucionava os casos de pobreza que o próprio processo criava. Então Carolina foi silenciada, deixou de ser convidada para programas de rádio e de auditoria, onde antes estava causando agitação por representar algo tão diferente do que se tinha entre os escritores da época.

Durante a década de 1980, a obra de Carolina cai no esquecimento no Brasil, mesmo sendo reeditada no exterior. Nos seus últimos anos viveu quase como indigente, em estado de miserabilidade de novo, esquecida, no sítio em Parelheiros, em São Paulo. O que colaborou para que se voltasse a falar em Carolina de Jesus foi a lei 10639/2003, que tornou obrigatório o ensino da história Africana e das culturas africanas e afro-brasileiras no ensino básico.

Como Carolina recebeu instrução formal por pouco tempo, às vezes escrevia fora da norma culta, se distanciando do que é reverenciado como correto e passível de almejar a condição de cânone da produção nacional. Esse linguajar fora da norma reforçou o argumento na época, de que Carolina não era digna de ter seus textos reconhecidos como literatura. Mas o desvio da norma não diminui a carga literária e informativa do texto, que comunica muito bem o que a narradora pretende. E agrega verdade a uma narradora que escreve sobre a pobreza, sobre a condição de excluída, de que não conseguiu frequentar escolas tanto quanto gostaria.

Em 2021 a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) concedeu o título de Doutora Honoris Causa à escritora Carolina Maria de Jesus. A homenagem foi feita no dia 25 de fevereiro, a sessão foi exibida no canal da instituição na internet. O título da UFRJ reconhece a importância de Carolina Maria de Jesus, que inspirou outras escritoras negras, como Conceição Evaristo. (CFCH aprova concessão de título Doutora Honoris Causa a Carolina de Jesus)”.

2.2 Mulheres escritoras negras

A presença da mulher negra na literatura brasileira, historicamente, tem sido apresentada por escritores brancos com discursos de exclusão. No que concerne à representação hegemônica da mulher negra na literatura brasileira, desde o período colonial até a contemporaneidade, nota-se que esta tem sido apresentada a partir de discursos demarcados negativamente. Quando as mulheres negras são representadas por estes escritores brancos, a maioria são exploradas com temas sobre sedução, beleza e resistência física, pois as qualidades apresentadas sempre estão ligadas ao corpo da mulher, nunca é mencionado o que ela pensa, ou o que deseja. Na literatura, percebe-se ainda, que a mulher negra não aparece como musa, heroína ou romântica. A representação literária da mulher é ainda ancorada nas imagens de seu passado escravizado ou como objeto de prazer.

As figuras negras que produziam a literatura afro-brasileira, serviram como uma amostra bem pequena de um momento histórico da nossa literatura, já que eram produzidas pelas mãos feministas afrodescendentes. A mulher negra escravizada, além de desempenhar os diversos trabalhos forçados e ser vítima da violência sexual imposta pelo homem branco, era forçada a trabalhar como ama de leite e a gestar filhos para o mercado escravo.

Essa construção da mulher negra na literatura brasileira pode ser percebida nos textos canônicos da literatura, tais como “A escrava Isaura” (1875), de Bernardo Guimarães; “O cortiço” (1890), de Aluísio de Azevedo; “Tenda dos Milagres” (1969), de Jorge Amado, dentre outros. Nessas produções, as mulheres negras são representadas cuidando de outros com que elas se relacionam afetivamente como mãe, ela exerce o papel de “mãe preta”, “babá”, empregada doméstica que cuida dos filhos dos senhores, do patrão.

Outro estereótipo negativo sobre a mulher negra brasileira que também tem suas origens no contexto da escravidão é a representação da mulher negra como alguém desprovida de capacidade intelectual ou com capacidade intelectual inferior.

As escritoras negras têm uma importância extremamente significativa na desconstrução desses estereótipos. As figuras lembradas são mulheres fortes que participaram ativamente na construção da história brasileira. A mulher negra brasileira é apresentada como descendente de uma linhagem de mulheres negras guerreiras, em que cada qual do seu modo contribuiu para a construção do Brasil. Nesse momento, destacamos Conceição Evaristo, Maria Firmina dos Reis e Carolina Maria de Jesus. Essas, e tantas outras mulheres negras, questionam um projeto de uma identidade unitária, principalmente, em relação ao gênero e a identidade étnico-racial.

Discutir sobre a mulher negra no contexto da literatura afro-brasileira é percorrer duas vertentes: a primeira, a das próprias mulheres negras que produzem literatura, e ao mesmo tempo reescrevem a história; e, a segunda, a da representação dessas mulheres na literatura. De todo modo, é entender quem são, o que produzem e como se comportam mediante as relações de gênero e etnicidade que lhes são impostas no contexto dessas produções. Diante de tal abordagem, as relações e discussões de gênero (mulher negra) vêm acompanhadas das questões da raça e da etnicidade.

Para as mulheres negras ou brancas, a literatura foi por muito tempo espaço de exclusão e muitas vezes de negação de sua participação. Essas mesmas mulheres eram / são vítimas de uma sociedade racista e sexista, enquanto os homens brancos eram quem dominavam as letras da literatura que circulavam. O sexo feminino teve seus discursos negados e rejeitados à inclusão no cânone por muitos anos. Desta forma, muitas das imagens

representadas da mulher negra na literatura nacional eram, em sua maioria, fundadas nas ideologias racistas e sexistas e, principalmente, com base em seu passado escravocrata.

A partir da década de 1970, houve uma explosão da literatura que tinha mulheres como vanguardistas. Além disso, ocorreu a expansão da literatura negra propriamente dita, com produções tanto de mulheres quanto de homens negros comprometidos com as causas da negritude. A autorrepresentação e a quebra de imagens negativas dessas mulheres acabam se aglutinando em movimentos literários e passam assim a expressarem seus próprios desejos poéticos, suas dores, lutas, histórias, anseios e memórias. Com isso, aos poucos essas mulheres vão se apresentando por suas próprias mãos e rompem com os estereótipos literários que eram atribuídos a elas na história e tradição da literatura brasileira.

Com essa proposta de buscar essa autoafirmação da identidade feminina negra pela linguagem literária, podemos elencar algumas poetisas negras quem vem produzindo textos literários e por meio de suas produções têm conquistado novos espaços e instigado uma revisão nos conceitos sobre o sujeito negro feminino brasileiro. São essas vozes que surgem e novas imagens passam a existir, uma poética construída agora sobre as próprias mãos, outrora amordaçadas, e pelas vozes emudecidas de Maria Firmina dos Reis, Conceição Evaristo e Carolina Maria de Jesus, dentre outras. Para vencer as barreiras de gênero e da cor, que vão além de “sexo frágil”, essas mulheres negras optaram pela escrita e produziram sua própria literatura lírica, que relevam as subjetividades desse segmento social. A escrita da mulher (escrita feminina) já traduz por si só um significado particular, nesse contexto essa mesma escrita assume conotações de gêneros sobre mulheres brancas e negras, da escrita feminina e negra. As observações de Gonzalez conduzem cada vez mais a analisar a condição da mulher negra na sociedade brasileira.

Lélia Gonzalez aborda a construção epistemológica pautada na dominação do homem branco europeu, ressaltando as lutas das mulheres negras em serem ouvidas, utilizando como estratégia o [...] feminismo como teoria e prática no combate às desigualdades, no enfrentamento ao capitalismo patriarcal e desenvolvendo buscas de novas formas de ser mulher. [...]. Assim, mais do que compartilhar experiências baseadas na escravidão, racismo e colonialismo, essas mulheres partilham processos de resistências. (RIBEIRO, 2017, p. 17)

Na sociedade em que vivemos, temos que lidar com a pouca valorização do trabalho intelectual negro, o problema se torna ainda mais complexo, já que dentro da população negra ainda está em curso a batalha pela alfabetização, visando não somente à formação do indivíduo, mas obter melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida. Nas palavras de Sueli Carneiro (2011), vemos que a academia brasileira ainda está sedimentando

seu processo de enegrecimento, ser pesquisador (a) ou escritor (a) ainda é algo distante da realidade da maioria da população negra.

Enquanto mulher negra, Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal de Ouro Preto, com o campo de interesses de pesquisa sobre feminismo negro e as influências externas na sociedade, reconheço que o campo universitário da minha instituição tem pouca representatividade de obras e personagens feministas negras brasileiras revelando uma estrutura desigual.

Para compreendermos o lugar de fala utilizaremos a autora Djamila Taís Ribeiro dos Santos “O que é lugar de fala?”, enfrenta o desafio de pensar quem pode (ou não) falar no contexto de um regime colonial, racista e classista que historicamente marca a formação da sociedade brasileira. Do ponto de vista epistemológico, ‘lugar de fala’ é um conceito de origem imprecisa, que, segundo Ribeiro (2017), parece estar ancorado no movimento *‘feminist stand point’*, isto é, na compreensão de um ‘ponto de vista feminista’ que articula teoria racial crítica e pensamento decolonial³.

O lugar de fala é assumido por Djamila Ribeiro como lugar no qual, do ponto de vista discursivo, os corpos subalternizados reivindicam sua existência. Não por acaso, Ribeiro inicia o debate recuperando a trajetória do feminismo negro como movimento que se constituiu a partir da reflexão coletiva de mulheres negras, sobre a sua condição de corpos oprimidos na busca pelo direito de falar/existir. Compreendido como *locus* social que atravessa as experiências coletivizadas desses corpos. No livro, Ribeiro reconhece que ‘lugar de fala’ é objeto de disputas antagônicas. Há quem considere ‘lugar de fala’ como a expressão de vozes individualizadas, sem qualquer referência às vivências coletivas compartilhadas por grupos. Há, ainda, os que advogam ‘lugar de fala’ como uma construção social de coletivos que reivindicam humanidades histórica e sistematicamente negadas, localizando nas experiências vivenciadas marcas de opressão, subalternidade e violências.

Portanto, trata-se de problematizar as relações sociais de sexo/gênero, raça e classe social a partir de uma perspectiva estrutural, e não pós-moderna/identitária, como equivocadamente a crítica em relação ao conceito tem sido apresentada. Se, por um lado, o lugar de fala reconhece os contextos discursivos nos quais as pessoas estão inscritas, por outro, a representatividade significa a possibilidade de pensar criticamente esse lugar reconhecendo nele, fronteiras que devem ser respeitadas. Ou seja, representatividade, ao

³ O pensamento decolonial é um pensamento que se desprende de uma lógica de um único mundo possível (lógica da modernidade capitalista) e se abre para uma pluralidade de vozes e caminhos.

mesmo tempo que delimita fronteiras, possibilita o trânsito entre elas. Ao mesmo tempo, a representatividade não pode essencializar o debate político, como se só o corpo subalternizado pudesse falar sobre racismo, sexismo e desigualdade.

A partir da relação do “lugar de fala” com o tema das escritoras negras, nota-se que o feminismo desconsiderava a luta antirracista, mais que isso, as relações raciais eram o abismo que separava as mulheres brancas das mulheres negras, o que torna mais difícil o reconhecimento das mulheres negras escritoras no Brasil.

3 O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA E AS RELAÇÕES DE CLASSE, RAÇA E GÊNERO

O capítulo procura entender como o próprio funcionamento do capitalismo interfere nas relações sociais, e contribui para reprodução das opressões de classe, raça e gênero. Além disso, refletimos sobre as particularidades da mulher negra no capitalismo.

3.1 O capitalismo e a relação entre classe, raça e gênero

As classes sociais do Brasil no capitalismo contemporâneo e a relação com os meios de produção determinam a divisão social do trabalho. Os estudos econômicos consolidados através da contribuição à crítica da “Economia Política” (1859) e de “O capital” (1867) procuram compreender a estrutura fundante da economia burguesa. Em “O capital”, é apresentada uma análise extensa da produção capitalista. Marx centra seu esforço na explicação do processo de produção do capital. Assim, ele inicia “O Capital” situando a riqueza burguesa como uma imensa acumulação de mercadorias.

Segundo Netto (1859) a Economia sempre foi política, levando em conta os interesses antagônicos das diferentes classes que estão em disputa (hoje, predominantemente, capitalistas e assalariados). Tentando transparecer que a “Economia” poderia ser uma ciência que estava acima das classes e que simplesmente buscava um melhor convívio social, contribuíram para manter o *status quo* corroborando com a exploração do trabalho por capitalistas (detentores dos meios de produção) que se dá através da predominância do trabalho geral abstrato que gera valor de troca. Dito isto, pode-se dizer que Economia Política é a ciência que trata do modo como os indivíduos produzem, distribuem e consomem a produção material, fruto da interação destes mesmos indivíduos com a natureza, por via do trabalho. É, realmente, de forma sintética, o estudo da produção material de vida dos indivíduos em sociedade.

Surgindo então, a distinção de classes entre dominante e dominado, explorador e explorados, a burguesia, sendo dona dos meios de produção se apropria da mais valia⁴ gerada pela exploração do trabalho alheio, garantindo investimento em novas tecnologias para sua

⁴ A mais-valia é um conceito criado pelo alemão Karl Marx (1818-1883), para entender as relações entre o tempo necessário para realizar um trabalho e sua remuneração. (MARX, O Capital, Livro 1, Vol. 2, p. 586).

indústria, ou seja, a sua renda principal resulta da exploração de outra classe. No outro polo está a classe proletária, formada por trabalhadores assalariados livres, que vende sua força de trabalho para sobreviver embora o salário mal permite atender às suas necessidades mais básicas. Esta superexploração da força de trabalho se dá por três mecanismos principais segundo a teoria marxista: intensificação da força de trabalho, prolongamento da jornada de trabalho, remuneração muito baixa do seu valor real, ou seja, o trabalhador recebe menos do que realmente é necessário para reproduzir sua força de trabalho. Além disso, pode se considerar um quarto mecanismo de superexploração, sendo que o trabalhador qualificado não recebe um salário compatível com tal qualificação, visto que no cenário contemporâneo o baixo índice de empregabilidade, faz com que o trabalhador rebaixe sua função para se manter no mercado de trabalho, dentre outros cortes e redução de benefícios que vem desvalorizando os direitos trabalhistas. Contudo, os elementos que determinam a constituição do ser social na cena contemporânea, são fundamentais para o modo de reprodução material da vida, contribuindo para o modo de reprodução dominante do capital, gerando então as lutas sociais exercidas por meio da organização de movimentos sociais, resultante da contradição entre capital e trabalho que é tão violenta.

A obra “A mulher na sociedade de classes” (2013), assim definida pela autora Heleieth Saffioti, nos ajuda a compreender que o surgimento do capitalismo trouxe uma dupla desvantagem à mulher, pois, à medida em que se desenvolviam as forças produtivas, esta foi sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção. Com essa observação a autora sustenta que as classes sociais são atravessadas pelo sexo e este funciona como fator de inferiorização social. Neste caso, o fator sexo passa a interferir positivamente para “a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. (SAFFIOTI.2013. p.66)”. É importante frisar esta ideia, uma vez que, nestes termos, a autora afirma que não é possível analisar isoladamente a tradição de submissão da mulher ao homem e a desigualdade de direitos entre os sexos. Uma premissa importante para o feminismo, sintetizada, posteriormente, por Elisabeth Souza-Lobo (2021) na frase: “a classe operária tem dois sexos”. Para compreender se a marginalização sofrida pela mulher no capitalismo é um processo estrutural ou se faz parte de um capitalismo “defeituoso”, que não alcançou seu desenvolvimento pleno, Saffioti faz uma incursão através dos modos de produção anteriores para entender quais elementos são “invariantes” no processo de constituição e consolidação do modo de produção capitalista. Desta realidade, Saffioti infere que nos dois subtipos de capitalismo há uma diferenciação entre a utilização do trabalho feminino e masculino, uma vez que, a inserção das mulheres ocorre em funções

menos prestigiosas, desenvolvendo trabalhos repetitivos e fragmentados, com remuneração menor em detrimento dos homens, mesmo quando exercem a mesma função. E ainda, fica sob responsabilidade das mulheres todo o trabalho de reprodução social, independentemente de estarem ou não no mercado de trabalho. Saffioti então desvela o mecanismo de discriminação social a partir do fator sexo, ou o que a literatura vai demonstrar posteriormente como a operação da divisão sexual do trabalho na organização da sociedade capitalista e argumenta que deste mecanismo resulta a exclusão da mulher da sociedade de classes ou sua integração periférica.

Ademais na obra “Calibã e a Bruxa” inscrito por Silvia Federici (2004), traz à tona uma série de atos de violência, exploração e tentativas de dominação do corpo feminino como um todo durante a transição do feudalismo para o capitalismo, como isso aumentou a opressão contra as mulheres, o impasse quanto à divisão de tarefas, a submissão do corpo feminino e o fato histórico conhecido como caça às bruxas. De acordo com a autora o título “Calibã e a Bruxa” surgiu como inspiração de uma peça de Willian Shakespeare, denominada “A tempestade”, fazendo referência aos personagens de Calibã que é um escravo negro filho e uma bruxa chamada Sycorax, dando alusão ao fato de que para autora, o racismo e a misoginia caminham junto com a evolução do capitalista. O livro mostra o que passou batido nos livros de história referente ao papel das mulheres na inserção do sistema capitalista. Ele mostra que a mulher, que antes e durante o feudalismo, exercia trabalhos comuns aos homens, passou a ser vista como máquina reprodutora, cuidadora do lar, objeto sexual, etc. A figura da bruxa sob a perspectiva da autora é justamente a mulher que se opõe, a serve do diabo. Essas mulheres eram caçadas (muitas vezes até no seio familiar), torturadas e obrigadas a confessar que praticavam atos sexuais com o diabo antes de serem queimadas. Segundo Federici (2004), a prática do homossexualismo também era relativamente comum à época, e passou a ser vista como imprópria e desvirtuada após a peste negra, pois não era possível a procriação, esse também foi um grupo que passou a ser oprimido em meio ao capitalismo. É notório durante a leitura, uma perspectiva de como as mulheres AINDA são vistas desta forma perante a sociedade. O quanto ainda há a exploração do corpo da mulher, o abuso sexual, a obrigatoriedade em procriar, a desvalorização do trabalho doméstico, entre outras práticas que desvalorizam e limitam o papel da mulher na sociedade.

Concomitante Lélia González (1980) descreve que a divisão racial extrapola as relações de trabalho e abrange todas as áreas da vida social. Isto fica evidente quando se examina os espaços sistematicamente reservados à população negra: pouco acesso à educação, condições precárias de moradia e vagas nos empregos mais precários. Tudo se

organiza como se cada grupo ocupasse um “lugar natural” que lhe é reservado: “O lugar natural do grupo branco dominante são moradias saudáveis, situadas nos mais belos recantos da cidade ou do campo e devidamente protegidas por diferentes formas de policiamento que vão desde os feitores, capitães de mato, capangas, etc, até à polícia formalmente constituída.

Desde a casa grande e do sobrado até aos belos edifícios e residências atuais, o critério tem sido o mesmo. Já o lugar natural do negro é o oposto, evidentemente: da senzala às favelas, cortiços, invasões, alagados e conjuntos “habitacionais” (...) dos dias de hoje, o critério tem sido simetricamente o mesmo: a divisão racial do espaço (...). No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para oprimir, violentar e amedrontar. (GONZÁLEZ, 1980. p.232-233) ”. Estas observações tornam evidentes a existência de uma divisão racial do trabalho na sociedade, que reserva lugares socialmente distintos (sobretudo mais precários) aos trabalhadores e às trabalhadoras negras/os.

De acordo com Angela Yvonne Davis (1981) em sua obra "Mulheres, Raça e Classe", escrito em 1980, que aborda temas antigos, mas que até hoje refletem na sociedade e em diversas culturas pelo mundo. Temas como lutas anticapitalistas, antiescravagista, antirracista, feminista e todos os dilemas que as mulheres vivem ainda hoje, na era contemporânea e são abordados nessa incrível e fundamental obra. Logo no primeiro capítulo, traz o resgate dos acontecimentos escravos, onde os negros eram tratados como objetos, eram vistos apenas como ferramentas de trabalho, ignorando totalmente a sua natureza humana. Davis torna evidentes os principais problemas dos negros nesse sistema escravista, onde eles eram submetidos a torturas cotidianas, estupros, chicotadas, espancamentos, entre outros. E que apesar dessa opressão surgiram importantes figuras, como a Sojourner Truth, que foi uma importante personagem abolicionista na história de luta e resistência do povo negro. O conceito de interseccionalidade utilizado pela autora, para analisar a realidade estadunidense, apreende os elementos constitutivos das categorias raça, classe e gênero, na sua relação entrelaçada, permitindo compreender as opressões sem hierarquizações. Almejando uma sociedade na qual as lutas não se pautem em uma pretensa universalidade dos oprimidos, que reconheça as diferenças entre si e que estas diferenças sejam apenas motores que proporcionam uma apreensão mais rica e profunda da complexidade humana. As lutas feministas, antirracistas e anticapitalistas devem estar articuladas, com suas diferenças reconhecidas e um norte que vise a eliminação de toda e qualquer opressão.

3.2 Mulheres negras: raça, gênero e classe

No Brasil e na América Latina, a violação colonial dos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem da construção da nossa identidade nacional, estruturando o mito da democracia racial. O que poderia ser considerado como história do período colonial permanece em uma ordem social supostamente democrática.

Quando falamos do mito da fragilidade feminina, que justifica historicamente a proteção paternalista dos homens sobre as mulheres. Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... “Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar!” (CARNEIRO, Sueli, Artigo, 2013, “*Enegrecer o Feminismo*”). Portanto se o feminismo deve liberar as mulheres, de enfrentar todas as formas de opressão, a partir desse ponto de vista, é possível afirmar que o feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas, como são as sociedades latino-americanas, tem como principal eixo o racismo o seu impacto sobre as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades.

Em geral, a unidade na luta das mulheres em nossas sociedades não depende apenas da nossa capacidade de superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas exige, também, a superação de ideologias complementares desse sistema de opressão, como é o caso do racismo. O racismo estabelece a inferioridade social dos segmentos negros da população em geral e das mulheres negras em particular, operando como fator de divisão na luta das mulheres pelos privilégios que se instituem para as mulheres brancas. Nessa perspectiva, a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça vem desenhando novos contornos para a ação política feminista e antirracista, enriquecendo tanto a discussão da questão racial, como a questão de gênero na sociedade brasileira.

O atual movimento de mulheres negras, ao trazer para a cena política as contradições resultantes da articulação das variáveis de raça, classe e gênero, promove a síntese das bandeiras de luta historicamente levantadas pelo movimento negro e de mulheres do país, enegrecendo de um lado, as reivindicações das mulheres, e feminilizando, de outro, o movimento negro. Portanto, enegrecer o movimento feminista brasileiro tem significado,

demarcar e instituir na agenda do movimento de mulheres o peso que a questão racial tem, por exemplo, das políticas demográficas, na caracterização da questão da violência contra a mulher pela introdução do conceito de violência racial como aspecto determinante das formas de violência sofridas por metade da população feminina do país que não é branca; introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras.

No entanto, cresce entre as mulheres negras a consciência de que o processo de globalização, determinado pela ordem neoliberal que, entre outras coisas, acentua o processo de feminização da pobreza, coloca a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil a nível mundial. De acordo com Sueli Carneiro (2013), essa nova consciência tem nos levado ao desenvolvimento de ações regionais no âmbito da América Latina, e com as mulheres negras dos países do primeiro mundo, além da participação crescente nos fóruns internacionais, nos quais governos e sociedade civil se defrontam e definem a inserção dos povos do terceiro-mundistas no terceiro milênio.

No cenário contemporâneo, as mulheres negras brasileiras encontraram seu caminho de autodeterminação política, soltaram as suas vozes, brigaram por espaço de representação e se fizeram presentes em todos os espaços de importância para o avanço da questão da mulher brasileira hoje. O que impulsiona essa luta é a crença “na possibilidade de construção de um modelo civilizatório humano, fraterno e solidário, tendo como base os valores expressos pela luta antirracista, feminista e ecológica, assumidos pelas mulheres negras de todos os continentes, pertencentes que somos à mesma comunidade de destinos” (Carneiro.2013. p.58). Pela construção de uma sociedade multirracial e pluricultural, onde a diferença seja vivida como equivalência e não mais como inferioridade.

O livro de Angela Davis (1981) “Mulheres, raça e classe”, nos fornece um rico material de análise e reflexão, fundamental para a construção de um projeto político comprometido com uma transformação revolucionária que nos conduza a uma sociedade livre de qualquer tipo de opressão. O entrelaçamento realizado pela autora entre os componentes econômico, político e ideológico do modo de produção escravista e capitalista, nos permite enxergar como as diversas opressões se combinam e se entrecruzam na sustentação de projetos de dominação de classe. Além disso, Davis discute, a partir de realidades históricas concretas norte-americanas, como estas opressões criam, de maneira recorrente, ideologias de suporte, práticas de exploração e estratégias políticas de coerção, dominação e controle dos

grupos dominados, as quais interferem, de maneiras contraditórias, na história dos diversos movimentos de luta e resistência, como o movimento abolicionista, o movimento antiescravagista, o movimento sufragista, o movimento de mulheres, o movimento associacionista, a luta pelos direitos reprodutivos, entre outros.

Davis observa que a redução gradativa das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora. Acerca das tarefas domésticas, comumente atribuídas às mulheres de uma carga imensurável justamente por serem intermináveis, poderiam ser realizadas por novas tecnologias capitalistas, o que não tem ocorrido por falta de interesse do sistema. No entanto, o ingresso delas no mercado de trabalho, o aumento do consumo de comidas processadas e até a divisão delas com os homens demonstra como na realidade estas atividades têm cabido cada vez menos na vida dos trabalhadores, cuja emancipação tem apontado para um horizonte socialista.

Gênero e raça são, na dinâmica da sociedade de classe, os atributos que influenciam a posição social dos indivíduos no sistema de estratificação. O preconceito e a discriminação estão associados à competição por posições na estrutura social, refletindo-se em desigualdades entre os grupos sociais na apropriação de posições na hierarquia social. Embora o cenário atual seja de redução das desigualdades sociais, ainda persistem padrões diferenciados de participação na educação e no mercado de trabalho que afetam de forma específica as mulheres, os negros e, em especial, as mulheres negras.

No caso das desigualdades de gênero, embora as mulheres apresentem um melhor desempenho educacional, elas ainda enfrentam desafios no que diz respeito aos retornos esperados pelo investimento educacional, sua participação nos postos de comando e na condição de proprietárias e empregadoras ainda é restrita. Estas desigualdades também estão relacionadas à condição de gênero, dada a necessidade de dupla jornada, além de estarem concentradas nos setores de atividade com salários mais baixos, como saúde e educação. Ressalta-se, ainda, que sua concentração e participação em setores específicos é fruto de um forte viés de gênero nas carreiras universitárias. O desafio para as mulheres mais escolarizadas é participar de forma equitativa nas carreiras, onde são ocupados majoritariamente por homens e brancos.

No que diz respeito às desigualdades raciais, se revelam tanto na busca pelo emprego, com elevada taxa de desemprego para os negros, como na competição social por espaços e posições de poder, como a condição de empregador, de proprietários, posições de comando e chefia. Considerando as dificuldades apontadas para os grupos raciais e de gênero, a obra “Dossiê Mulheres Negras” (2013), analisa a situação das mulheres negras considerando a

interseccionalidade entre gênero, raça e classe. Segundo Crenshaw (2002), sugere que: A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.

Os dados do IPEA analisados no período recortado entre os anos de 1995 a 2009 é particularmente interessante, porque consiste em um contexto de grande discussão em torno de políticas públicas orientadas para a população negra, postas no âmbito nacional pela Marcha Zumbi dos Palmares, em novembro de 1995, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso; apresentadas no plano internacional pela Conferência de Durban, em 2001; e oficialmente institucionalizadas através de órgão próprio na gestão do governo Lula, com a criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial e da Secretaria de Políticas para Mulheres, em 2003 (JACCOUD, 2008; LIMA, 2010). Neste ambiente político, a temática das desigualdades raciais e de gênero ganhou certa visibilidade em meios de comunicação, nos círculos políticos da sociedade civil e nas universidades.

No capítulo IV “Mulheres negras, pobreza e desigualdade de renda”. A violência contra as mulheres é uma questão transnacional e multifacetada a ser tratada devidamente pela academia e pelo Estado, e também prevenida na sociedade, porém, ainda hoje, conta-se com possibilidades reduzidas de análise deste fenômeno. Isto se deve às dificuldades de se encontrar fontes de informações sistematizadas e nacionais sobre as ocorrências, sobretudo, que sejam passíveis de desagregação por sexo, raça/cor, que informem os contextos desta violência, tipo de agressor, local, meio e motivo. Em 1988, o IBGE realizou a primeira pesquisa com dados sobre vitimização, em âmbito nacional, a qual representou, durante muito tempo, a única referência disponível para os (as) estudiosos (as) da violência, ao lado dos dados de mortalidade do Sistema de Saúde.

A Vitimização de Mulheres por Agressão Física, segundo Raça/Cor no Brasil. Não é fácil admitir nem a si própria a violência sofrida, seja ela de qual tipo for. No caso das mulheres negras, esta história se complica, pois, são muitas as situações de violência às quais elas são expostas, multiplicando-se os riscos de vitimização na experiência das violências originárias tanto da estrutura patriarcal quanto do racismo brasileiro, localizando a mulher negra na situação de sofredoras e guerreiras. Segundo White ((2002). p. 148), entre as várias representações sociais acerca das mulheres negras, a representação como vítimas sofredoras

“serve para mantê-las passivas e confusas em relação à violência. Este estereótipo não influencia apenas nossas relações íntimas, mas também nosso dia a dia”.

Contudo, outra forma de desigualdade embutida neste exemplo, é a colagem do estereótipo de prostituta à mulher negra, que, no caso, a expôs a violência. Segundo White (2002), mulheres que sofrem violência tendem a colocar as suas necessidades em segundo plano e esta é uma das características fortes e presentes nas mulheres negras em virtude de sua condição histórica. A autora revela ainda que estas mulheres são geralmente conservadoras em relação ao amor e às relações românticas. Quando investem tudo em uma relação, esperam ser protegidas e apoiadas por seus parceiros, não medindo esforços para manter a relação. Estas mulheres tendem a se auto culpar pela agressão que sofreram, levando-as a proteger o seu agressor. Por isso, historicamente nós mulheres negras fomos condenadas ao silêncio, caladas por sermos só um corpo sem conhecimento, porque não tínhamos necessidades a serem supridas, por não sermos humanas, silenciadas por sermos o outro e com funcionalidades específicas que não incluíam o pensar e o falar. Para concluir, Ribeiro aciona Conceição Evaristo, que traz a máscara como símbolo de opressão e que aprisionava a escrava Anastácia à fome e ao silêncio absoluto. Conceição Evaristo apresenta a fala como arma contra qualquer opressão. Logo ela, que aos 71 anos de idade concorreu à vaga da cadeira número 7 da Academia Brasileira de Letras. Conceição Evaristo leva consigo uma multiplicidade de mulheres negras e todas nós em um só coro gritamos: existimos!

A escrita de Djamila (2017) me fez refletir sobre as minhas vivências e trouxe inúmeras imagens que remetem a outras trajetórias, uma delas foi de uma mulher recentemente silenciada pela injustiça, pelo racismo e pela ameaça que foi ser ouvida. Marielle Franco⁵ com a força da sua fala foi condenada ao silenciamento, assim como muitas outras mulheres negras o são diariamente, mas ela deixou um legado. É preciso falar, e enquanto tivermos forças, falaremos.

As mulheres intelectuais que entram no movimento de mulheres negras trazem em suas bagagens um fortalecimento de autoestima, empoderamento e conseguem, vencer a barreira de chegar à academia, na maioria das vezes em uma faixa etária diferente, bem acima da atual clientela universitária, que sai diretamente do ensino médio para as faculdades.

No Brasil os estudos sobre mulheres negras têm se ampliado, porém ainda levará algum tempo para que a complexibilidade dos problemas que envolvem mulheres negras na

⁵ Marielle Francisco da Silva, conhecida como Marielle Franco, foi uma socióloga e política brasileira. Filiada ao Partido Socialismo e Liberdade, elegeu-se vereadora do Rio de Janeiro para a Legislatura 2017-2020, durante a eleição municipal de 2016, com a quinta maior votação.

sociedade brasileira seja revelada. A mulher negra é invisível para a sociedade, e isso vem desde a formação do país. Podemos constatar isso na história, na política, no entanto essas mulheres vêm ocupando seu espaço aos poucos e quebrando barreiras na literatura. Podemos observar que a partir da autoria feminina negra, as mulheres negras traçam seu caminho de inserção na literatura brasileira. Investindo contra várias formas de silenciamento, as mulheres negras continuam buscando se fazer ouvir na sociedade brasileira, perpetuadora de um imaginário contra o negro, imagens nascidas de uma sociedade escravocrata.

E importante destacar também que os escritores negros se reposicionaram com o surgimento de leitores afro-brasileiros e de uma crítica com base no movimento da negritude, fazendo com que os autores afrodescendentes passassem a se sentir mais confiantes para publicar representações subjetivas da realidade histórica a partir de olhares que destoassem da perspectiva colonizante. Esse processo teve, como um dos marcos importantes, em 1978, o surgimento do Movimento Negro Unificado contra Discriminação Racial (MNCDR); movimento este que, depois, passou a se chamar Movimento Negro Unificado (MNU); embora antes disso, no início do século XX, já existissem associações negras em várias partes do país.

Tais conquistas tornaram a recepção de escritoras de autoria afro-brasileira mais solidária, estimulando os escritores negros a escrever, na expectativa de que, para além do processo de criação e publicação, leitores específicos apoiariam e apreciariam o trabalho etnicamente engajado. Mesmo assim, a divulgação dessas questões ainda é restrita, em virtude de uma resistência do grande público leitor, predominantemente branco, para com a causa, por ignorância do assunto ou romantização de uma mentalidade que preserva as relações de poder entre o casarão e a senzala.

Dessa forma, faz-se necessário, a valorização da literatura abolicionista, representado pela autora Maria Firmina dos Reis, considerada a primeira romancista brasileira, que fez de seu primeiro romance abolicionista da história da literatura brasileira “Úrsula” (1859), algo até então impensável, um instrumento de crítica à escravidão por meio da humanização de personagens escravizados. “Mesquinho e humilde livro é este que vos apresento, leitor. (...). Sei que pouco vale este romance, porque escrito por uma mulher (...) sem o trato e conversação dos homens ilustrados”. (FIRMINA, 1988, p.19), que retrata a situação de submissão e o silenciamento em que se encontrava a mulher negra.

Em sua literatura, os escravos são nobres e generosos. Estão em pé de igualdade com os brancos e, quando a autora dá voz a eles, deixa que eles mesmos contem suas tragédias. O que já é um salto imenso em relação a outros textos abolicionistas. (DUARTE, 2004) “A

mente, esse ninguém pode escravizar: Maria Firmina dos Reis e a escrita feita por mulheres no Maranhão”. Quando se tornou professora, em 1847, Firmina já tinha uma postura antiescravista bem desenvolvida e articulada. Firmina “teria afirmado que escravos não eram bichos para levar pessoas montadas neles”, na época era praticamente impossível para uma mulher expor sua opinião contra a escravidão ainda mais uma mulher negra. Foi a estabilidade e o respeito alcançados como professora que abriram espaço para Firmina. Ademais Maria da Conceição Evaristo de Brito também traz em suas obras, cuja matéria-prima literária é a vivência das mulheres negras, seus textos são valorosos retratos do cotidiano, instrumentos de denúncia das opressões raciais e de gênero, mas também se voltam para a recuperação da ancestralidade da negritude brasileira, propositalmente apagada pelos portugueses durante os séculos em que perdurou o tráfico escravista. A autora cunhou o termo “escrevivências” para nomear seu procedimento narrativo: misturando invenção e fato, “escreviver” é contar, a partir de uma realidade particular, uma história que aponta para uma coletividade.

Sabe-se que, o dia vinte de novembro foi instituído como o dia da consciência negra e dia nacional de Zumbi, em 2011, pela lei nº 12.519, a data já figurava no calendário escolar desde 2003, pela lei nº 10.639, que visa a inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Em relação ao dia da Consciência Negra como data de celebração, valorização, reflexão e luta por igualdade racial. A negação do dia da Consciência Negra como data de reflexão faz emergir e revelar o déficit de empatia pela população negra, afetada intensa e cotidianamente pelos efeitos do racismo e da desigualdade racial, que se revelam em ironias depreciativas sobre consciência negra, Zumbi dos Palmares, genocídio da juventude negra, racismo antinegro associado à intolerância religiosa, e sobre a escravização de africanos e seus descendentes.

A literatura não só pode como deve ser um meio de valorização e divulgação da cultura negra. Através de livros, filmes e documentários, temos oportunidades incríveis de conhecer a História do Brasil e de nossos ancestrais. Compreendendo que assim, como o best-seller “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, de Carolina Maria de Jesus, volta à questão da carência de espaços privilegiados de veiculação dos textos da literatura negra. Para Paulo Lins, autor de “Cidade de Deus” (1997), a literatura negra brasileira ainda não caiu na graça do mercado editorial oficial. Talvez, um bom ponto de investigação esteja nas demarcações conceituais da literatura negra. A literatura negra questiona as relações de poder e, principalmente, apresenta as subjetividades de homens e mulheres negras que tradicionalmente vêm sendo representados pela literatura brasileira de forma reduzida, equivocada e estereotipada.

Segundo a escritora Miriam Alves (1859) , ao ser assumida pelos escritores negros brasileiros, somou-se também a denúncia da hipocrisia da “democracia racial” e seus mecanismos, nada sutis, de discriminações raciais em todos os níveis de ações sociais, inclusive a seleção excludente envolvendo quais autores devem ser lidos, quais conteúdos de textos devem fazer parte dos programas escolares e a indicação de leituras nos veículos especializados, nos quais quase nunca figuram autores afrodescendentes com conteúdo que questionam a harmonia entre as raças no Brasil.

A fala da escritora Conceição Evaristo (2017), foi bastante emblemática para se pensar a presença negra na literatura atual: “Nós não vamos abrir mão do que foi conquistado, nós vamos continuar afirmando que o subalterno pode falar. [...]. Se a gente pensar que o espaço da literatura, o espaço da criação literária, o espaço do discurso literário é um espaço de criação, de revelação e de identificação nacional, a nossa identificação não pode mais ficar fora da literatura brasileira”. Será benéfico para a ampliação dos debates sobre consciência negra no Brasil, pois estamos em um momento rico, em que duas gerações dos movimentos negros dividem o mesmo tempo; saber olhar para este hoje fará um grande diferencial.

4 CAROLINA DE JESUS: A NECESSIDADE HISTÓRICA DE UM NOVO HORIZONTE SOCIETÁRIO

No capítulo, realiza-se a análise da obra "Quarto de despejo: diária de uma favelada" de Carolina Maria de Jesus, buscando compreender as relações de raça, gênero e classe em sua obra. Além disso, reflete-se sobre as possíveis contribuições da escritora para o Serviço Social.

4.1 Análise da obra "Quarto de despejo" de Carolina Maria de Jesus

O diário do qual o primeiro volume foi intitulado "Quarto de despejo: diário de uma favelada" é uma edição resultado do trabalho realizado pelo jornalista Audálio Dantas. Publicado pela livraria e editora Francisco Alves em agosto de 1960, essa edição reúne os períodos de vida de Carolina de 15 a 28 de julho de 1955 e de 02 de maio de 1958 a 01 de janeiro de 1960.

Na obra "Quarto de despejo: diário de uma favelada" Carolina (1960) descreve a vida e a luta dos moradores da favela do Canindé pela sobrevivência, relata a realidade dos favelados no decorrer da década de 1950, a violência, a fome, a miséria, os costumes dos moradores, as dificuldades enfrentadas pela falta de água encanada, energia elétrica de qualidade, saneamento básico, a fome, as doenças, as enchentes no Rio Tietê que afetava a favela, dentre outros problemas.

O texto de Carolina (1960) expõe um ambiente até então pouco conhecido e discutido no país que é a favela. No diário, a favela é descrita por quem vive lá e é testemunha da miséria diariamente, junto com aqueles que foram excluídos socialmente e jogados no quarto de despejo. A rotina de Carolina e dos moradores do quarto de despejo ganham vida nas linhas dos cadernos que foram encontrados e recolhidos no lixo da cidade de São Paulo, pela catadora de papel, seguindo assim mais tarde no livro "Quarto de despejo: diário de uma favelada".

Carolina começou seu diário em 15 de julho de 1955, logo nas primeiras linhas percebe-se a indignação de uma mãe que não tem dinheiro para comprar um par de sapatos para dar de presente para sua filha no dia do seu aniversário. A solução encontrada foi dar um par de sapatos encontrados no lixo, assim como os outros objetos que foram vendidos para comprar alimento, isso irá acompanhar sua trajetória durante todo o diário, não só em

ocasiões especiais, mais em situações simples do dia a dia, como comprar alimentos suficientes para saciar a sua fome e a de seus filhos. A fome se transforma em uma companheira de Carolina e de sua família, o que faz da sua rotina uma busca constante por alimentos.

No dia seguinte, a rotina descrita por Carolina é a mesma do dia anterior, busca água, prepara o café, vende material recolhido no lixo, compra alguns gêneros alimentícios e de limpeza, depois sai para as ruas em busca de mais material para vender. Ao voltar das ruas a autora escreve em seu diário:

[...]. Cheguei em casa, fiz almoço para os dois meninos. Arroz, feijão e carne. e vou sair para catar papel. Deixei as crianças. Recomendei-lhes para brincar no quintal e não sair na rua, porque os pssimos vizinhos que eu tenho não dão socego aos meus filhos. Saí indisposta, com vontade de deitar. Mas, o pobre não repusa. Não tem o priviegio de gosar descanso. Eu estava nervosa interiormente, ai maldizendo a sorte(...) Catei dois sacos de papel, catei uns ferros, umas latas e lenha. [...]. (JESUS, 2014, p.12)

Nesse trecho do diário Carolina, fala a respeito das suas atividades e preocupações enquanto mãe solo que precisa cuidar dos filhos, garantir a segurança deles e um desafio para ela no sentido de que os vizinhos, segundo relato dela em outras passagens da obra, implica com seus filhos quando ela está ausente. A indignação aparece em um segundo momento, mesmo não concordando com a realidade que enfrenta, e não se sentindo bem, precisa andar pelas ruas para garantir que todos tenham uma boa refeição no dia seguinte, isso faz com que Carolina recolha do lixo não só papel, mas ferro e latas que tenham um maior valor comercial.

As páginas seguintes são preenchidas por atividades realizadas em sua casa na favela ou nas ruas da cidade de São Paulo, os aborrecimentos provocados pelos seus vizinhos, a busca por papel, debates relacionados a política, a falta de dinheiro, assim como os problemas enfrentados pelos favelados com as brigas entre os casais, o alcoolismo, a violência contra a mulher, e a fome que umas maiores preocupações de Carolina no diário.

Carolina Maria de Jesus deixa claro em seu texto que não gosta de morar na favela, e alimentada pelo sonho de um dia deixar aquele lugar escreve em seu diário, “[...] Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui”. (JESUS, 2004, p.160). A escritora chama atenção para o fato de que morar na favela não era uma opção para ela e seus vizinhos, mas uma condição determinada pela sociedade, pelas classes e pelo Estado, que juntos determinam onde cada classe deve morar. Assim as pessoas em situação de rua, que antes moravam nas ruas da cidade, na sala de visitas, agora são despejados na favela, e como não possuem condições financeiras para sua saída daquele ambiente, continuam residindo na

favela. Talvez sonhar tanto tenha sido uma das formas encontradas por Carolina para continuar, da melhor maneira possível, sua trajetória de vida na favela, mas acreditando que poderia ser possível deixar aquele ambiente.

Carolina ficou quase três anos sem escrever nada no seu diário, quando retorna a escrever ressalta que era uma perda de tempo, em maio de 1958, a rotina descrita continua, em julho de 1955, sua realidade não mudou muito no decorrer desses anos.

O dia três de maio nos convida mais uma vez a entender como a fome estava presente no barracão de número 9º onde Carolina morava. Sobre este dia a escritora escreveu poucas linhas, mas percebemos a insegurança alimentar enfrentada pela família. Isso não quer dizer que não tinham algo para comer, mas que não tinham uma refeição de qualidade. Carolina escreve “Fui na feira na Rua Carlos de Campo, catar qualquer coisa. Ganhei bastante verdura. Mas fico sem efeito, porque eu não tenho gordura. Os meninos estão nervosos porque não tem o que comer.” (JESUS, 2014, p.28).

A política da época também ganhou espaço nas linhas do diário. Foi debatido várias vezes em diferentes ocasiões, pois Carolina não escondia suas impaciências diante das dificuldades enfrentadas pelos favelados em decorrência da falta de uma política eficaz, mesmo que não se extingue-se a favela do Canindé, procurava por melhorias nas condições sociais, econômica, política e culturais da população afetada pelo despejo ocorrido anos atrás. A escritora desabafou escrevendo “[...] O que posso esperar do futuro? Um leito em Campos do Jordão. Eu que estou com fome quero matar o Janio, quero enforçar o Adhemar e queimar o Juscelino. As dificuldades cortam o afeto pelos políticos.” (JESUS, 2014, p.33)

Quando se refere ao leito em Campos do Jordão que na época era uma estância climática paulista, que era procurada para o tratamento de tuberculose, a autora talvez tenha feito um diagnóstico da sua própria vida, da sua saúde decorrente do contato diário com o lixo, e percebido que seu futuro estava longe daquele que sonhou para seus filhos. Carolina não se preocupar apenas com o seu futuro, mas com o futuro da favela, que segundo ela em período de campanha eleitoral era visitada por políticos importantes que prometiam fazer uma reforma no quarto de despejo e melhorar as condições de vida dos seus moradores, principalmente no que se refere ao congelamento dos preços dos alimentos. Mas quando passava a política, nada era feito, a favela era esquecida e só era visitada novamente depois dos quatro anos, quando começava de novo as campanhas eleitorais.

Nos relatos sobre este episódio, Carolina (1960) expressa sua raiva diante dos políticos, que deveriam ajudar a saciar a fome dos seus eleitores. Refere-se aos políticos com

um sentimento de revolta que pouco se preocupava com as classes baixas, o que não mudou muito com o passar dos anos.

Carolina sabia ler, e lia para alguns dos moradores da favela as propostas defendidas pelos políticos que contavam com o voto dos favelados. Defendia e apontava alguns caminhos que os políticos brasileiros deveriam seguir para mudar a realidade cruel de quem convive diariamente com a miséria e a fome. Enfatizava que “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora”. (JESUS, 2014, p. 29).

No decorrer da leitura do diário percebemos a trajetória de uma mulher inteligente que questiona, que registra sua forma de pensar no papel sem se preocupar com os problemas que iria enfrentar caso o diário fosse publicado, por meio da escrita torna público a verdade periférica pouco conhecida até então. Carolina escrevia aquilo que a vida lhe ofereceu, utilizando argumentos precisos que denunciavam o que estava à sua volta.

Ao término de um dia bastante agitado, a escritora ao chegar em casa e realizar suas atividades domésticas, escreve em seu diário:

[...]. As oito e meia da noite eu já estava respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de veludo, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso digno de estar num quarto de despejo. (JESUS, 2014, p.37).

É possível perceber como era precária o saneamento nas ruas da favela do Canindé, e diante de todos os outros problemas enfrentados pela catadora de papel, chegar em casa e conviver com o cheiro desagradável pelas fezes dos próprios moradores, desencadeia um estado de rebeldia na moradora que convive em dois ambientes diferentes (sala de visitas e quarto de despejo). Quando está nas ruas da cidade sua imaginação ganha vida, a cidade se transforma em uma sala de visitas decorada e mobiliada, e caminhar por esta sala mesmo que carregando sacos de papéis e outros objetos, a cidade ainda proporciona com que Carolina sonhar com uma vida melhor, enquanto o ambiente da favela lhe permitia reconhecer sua condição social e econômica, sua própria realidade.

A vida de Carolina nem sempre era acompanhada pela tristeza e fome. Às vezes ao levantar, antes de começar sua rotina gostava de admirar o sol, e cantar com seus filhos, como relata “[...] A Vera despertou e cantou. E convidou-me para cantar. Cantamos. O João e o José Carlos tomaram parte”. (JESUS, 2014, p.37). Observava as mudanças do tempo em cada estação do ano, contemplava as flores dos jardins da cidade, a luta dos seus vizinhos na busca por agasalhos para seus filhos nos períodos chuvosos, a chegada de novas famílias na favela,

suas mudanças de comportamento decorrente do ambiente que os transformaram em mal-educados. Isso mostra que Carolina não registrava em seu diário apenas as mazelas vividas por ela, mas todo o conjunto de acontecimentos ao longo da sua trajetória na favela e sua saída do “quarto de despejo” para a sala de visitas.

Antes de escrever e publicar seu primeiro diário Carolina escrevia peças de teatrais e tentava apresenta-las para diretores de circo na esperança de que as aceitassem, mas isso parecia mais difícil pelo fato de Carolina ser negra, isso ela deixa claro quando escreve em 16 de julho de 1958:

[...]. Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: -É pena você ser preta. Esquecendo eles que eu adoro a minha pele negra, e meu cabelo rustico. eu até acho meu cabelo negro mais inducado do qu o cabelo do branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É disciplinado. Se é que existe reencarnações, eu quero voltar sempre preta. (JESUS, 2014, p. 64).

Diante da situação é possível perceber que a trajetória de Carolina para se tornar escritora começou antes mesmo do seu encontro com o jornalista Audálio Dantas. Seja por meio de peças teatrais que apresentava para editores de circos em São Paulo, ou por meio dos Correios para enviar seus cadernos para os Estados Unidos para serem publicados. Mas não foi possível realizar seu “sonho” naquele momento, mas para ela sua “cor” não era incomodo, pelo contrário assume que gosta da cor da sua pele e do seu cabelo, faz uma comparação dos cabelos dos negros e dos brancos, talvez na tentativa de dizer que todos possuem suas particularidades, e esses traços são importantes para representar a identidade de cada indivíduo.

O diário de Carolina começou a incomodar algumas pessoas na época, principalmente o pai de sua filha pediu para ela não citar seu nome, era uma pessoa importante e ter seu nome colocado em um diário escrito por uma favelada não seria bom para sua imagem. Mas além do pai de Vera, outras pessoas também pediram para ela retirar seus nomes do diário. Acerca da situação a escritora enfatiza [...]. Um sapateiro perguntou-me se meu livro é comunista. Responde que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade. ” (JESUS, 2014, p.108).

Escrever sobre a realidade de um ambiente como a favela ou os acontecimentos da sala de visita se tornou uma rotina perigosa para Carolina, denunciar aquela zona de conflitos não era uma realidade muito aceitável para a época. Mesmo no meio do caos Carolina não se intimidou, não seguiu conselhos, escreveu uma história crítica que comove o leitor pelo

realismo e sensibilidade na forma de contar o que viu e viveu durante os anos que morou no quarto de despejo.

A vida de Carolina não era fácil, em uma das últimas páginas do seu diário, a escritora faz um apanhado da sua trajetória de vida, e desabafa a respeito dos longos anos que residia no quarto de despejo da cidade de São Paulo “[...] A vida é igual um livro. Só depois de ter lido é que se sabemos o que encerra. E nós quando estamos no fim da vida é que sabemos como a nossa vida decorreu. A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é minha pele. Preto é o meu lugar onde eu moro”. (JESUS, 2014, p. 167). A vida real, assim como o livro, nas palavras da escritora envolve um mundo de incertezas e mistério que precisam ser compreendidos, desse modo, escrever para Carolina é também um ato de redenção e tentativa de melhor compreensão da realidade, uma realidade que é social. Nesse sentido ela faz uma análise entre sua condição étnica, sua condição de mulher negra, com essa realidade cruel. Mas não para dizer que o “preto” é ruim, a cor da pele e a realidade teriam em comum o vínculo sutil de sofrimento que marcaram essas vivências que procurou registrar em seu diário.

Ao ler “Quarto de despejo: diário de uma favelada”, é possível compreender o motivo que levou Carolina a escolher a cor preta para se referir a tudo à sua volta, inclusive à sua própria vida. A repetição da rotina dos favelados às vezes parece exaustiva, mas quando o leitor termina de ler a obra percebe que essa rotina é o que mantém em movimento a vida na favela. A luta pela vida se torna um desafio em um país que está passando por grandes desenvolvimentos e crescimento nacional devido às propostas do então presidente da República, Juscelino Kubitschek que defendia a ideia de buscar desenvolver o Brasil em pouco tempo. Mas diante do contexto de crescimento do Brasil, a favela do Canindé representa a contradição do desenvolvimento econômico, estrutural e social.

Depois de mais de cinco décadas de sua publicação “Quarto de despejo: diário de uma favelada” continua sendo uma obra atual, a cidade cresceu, a favela no Canindé foi extinta, mas os quartos de despejos continuam existindo pelo país, a realidade de quem vive na miséria não mudou. O livro que na década de sessenta foi lido por milhares de pessoas pelo Brasil afora, continua oferecendo um arcabouço de conhecimento acerca da favela, da realidade do país em um período não muito distante, mais pouco conhecido e estudado, que guarda em seu contexto histórico elementos importantes que podemos utilizar para conhecermos a realidade dos quartos de despejos espalhados pelo país.

4.2 Carolina Maria de Jesus e as contribuições para a prática do Serviço Social

É importante entender o contexto histórico vivido por Carolina Maria de Jesus, o período de renovação do Serviço Social brasileiro e suas diretrizes. As lutas pela democracia e a revisão crítica da agenda profissional. O pensamento marxista no Serviço Social. As construções teórico-metodológicas relevantes do período e o processo de organização política da década de 60 até a contemporaneidade.

Sabe-se que, o movimento de reconceituação do Serviço Social teve início nos anos 60 e durou cerca de 15 anos, foi um processo que trouxe novos elementos para a profissão, de continuidade e intenção ruptura, a partir do regime autocrático burguês vigente na época, período de forte repressão, perseguição e também foi um momento de reflexão, abertura e renovação para a profissão.

Para entender a realização do golpe de 1964 se faz necessário destacar a efervescente conjuntura nacional do pré-1964 em outras palavras, todo o contexto e movimento político que aconteceram no Brasil. A agitação dos sindicatos e o crescimento da organização dos movimentos sociais bem como a articulação de setores da burguesia nacional com o capital internacional. O golpe de abril de 1964, foi um período marcado por forte autoritarismo e repressão da elite burguesa que buscava para o país o desenvolvimento, sem projeto de nação onde se destaca o fim do período populista inaugurado por Getúlio Vargas, permitindo que o golpe se efetivasse com a ascensão da autocracia burguesa que tinha o controle hegemônico sobre a população, o golpe tinha como objetivo propiciar o avanço da industrialização. Com isso, o Brasil se volta para os países de capital central, impactando todas as relações sociais, políticas, econômicas e culturais. Aderindo a um padrão de acumulação e centralização, onde a mercadoria passa a ter um novo padrão de exploração com o capital monopolista. Porém, tal concentração ficava com os grandes capitalistas, enquanto, a população, continuava em situação de desigualdade, exclusão e pobreza.

Com o golpe vieram mudanças significativas para a população em vários setores com, no qual eram obrigados a aceitar as regras criadas pelo governo vigente, não poderiam se expressar de forma ‘livre’, pois tinham que seguir o modelo da modernização conservadora, onde a autocracia burguesa controlava a vida da população. Houve mudanças também nas relações sociais, que culminaram no surgimento do “novo sindicalismo”, originário de São Paulo, maior polo industrial do Brasil. É em meio a esta realidade, marcada pelo medo e pela opressão, que inicia os movimentos contraditórios, as organizações estudantis também foram vítimas da repressão e censura. O pensamento crítico sobre a realidade, os questionamentos

influenciaram fortes atividades autoritárias e repressivas por parte do governo e da autocracia burguesa, o que atingiu a vida da população, restringindo as suas expressões culturais, e enquadrando a educação nos moldes da burguesia, que era contra o pensamento crítico e contestador. Pode-se dizer que o golpe de 1964 foi o golpe mais duro já dado na democracia brasileira, onde violou os direitos e controlava a população. Provando a verdadeira face do capitalismo que é o lucro acima de tudo, e que o modo de produção capitalista pode determinar a existência e a qualidade de vida de uma população. Evidenciando que, tal regime ditatorial não conseguiu erradicar a pobreza e a desigualdade.

Com o processo das crises e lutas sociais levaram o Serviço Social a perceber a necessidade de transformação na atuação profissional, desde então ocorreram discussões com os órgãos dinamizadores da profissão: se organizam no primeiro momento pela CBCISS, com os “seminários de teorização”. No segundo a objetivação no âmbito dos cursos de pós-graduação. No terceiro as agências de formação, ABESS. Há um cenário em que se registram três momentos do processo de renovação do Serviço Social; um na segunda metade dos anos 60 com as perspectivas modernizadoras, o outro na metade dos anos 70 com a reatualização do conservadorismo e por último nos anos 80 com a intenção de ruptura.

A perspectiva modernizadora constitui a primeira expressão do processo de renovação do serviço social. Emergindo desde o encontro de Porto Alegre em 1965, ela encontra a sua formulação no processo de teorização do Serviço Social, pela CBCISS em Araxá, em março de 1967, e no segundo evento em janeiro de 1970 em Teresópolis. Os 38 assistentes sociais que se reuniram resultaram o documento de Araxá entraram em um consenso na profissão, como prática institucionalizada o Serviço Social pela ação junto a indivíduos com desajustes sociais. O documento fala do rompimento do tradicional posto de operacionalização moderna. No texto de Teresópolis o que se tem é o 'transformismo', nele o moderno prevalece sobre o tradicional, trazendo a redefinição do papel sociotécnico do assistente social. O documento de Teresópolis mostra a adequação do Serviço Social à modernização conservadora conduzida pelo estado ditatorial, em benefício do desenvolvimento capitalista. Essa perspectiva foi além das fronteiras no marco da crise internacional, suas primeiras formulações (Documento de Araxá) foram essenciais.

É na fase da emergência desta perspectiva que as reflexões brasileiras interagem com os latino-americanos. Tendo em vista as características de sua realidade, esta perspectiva foi capaz de se adequar ao governo através de um posicionamento estrutural-funcionalista. A perspectiva Modernizadora terá sua hegemonia posta em questão a partir dos anos 70, a crise da autocracia burguesa vai trazer condições para que se reduza o avanço intelectual que

aconteceu. Ocorre o deslocamento desta perspectiva. Pois outras vertentes renovadoras passam a disputar seus espaços, assim ela perde lugar nas agências. A documentação de Sumaré e Alto da Boa Vista (1978 e 1984) está para o deslocamento da perspectiva Modernizadora, assim como para seu momento ascendente Araxá e Teresópolis.

No Alto da Boa Vista é notável a abertura de referência do caldo conservador. No marco dos seminários do Sumaré e Alto da Boa Vista que se forma a vertente renovadora reatualização do conservadorismo, expresso na tese de livre docência de Anna Augusta (1978), sua elaboração aparece como “nova proposta”, que é uma metodologia pensada a partir da ajuda psicossocial, na consciência, aponta que o Serviço Social se propõe a um desenvolvimento de consciência reflexiva de pessoas a partir de um movimento dialético, onde se realiza através do diálogo. Outra autora que compôs essa vertente é Carvalho (1963), com o “princípio da autodeterminação” aponta para o psicologismo da entrevista e dinâmicas individuais, trazendo regressão ao enquadramento do assistente social como um agente profissional.

A reatualização do conservadorismo trata-se de uma vertente que recupera os componentes do conservadorismo da profissão na prática, período de retrocesso da profissão, formando uma teoria metodológica nova, e trazendo críticas à tradição positivista e marxiana. Se subordinando ao pensamento católico, mas o faz num âmbito modernizador. O recurso da fenomenologia aparece como faceta para a reelaboração teórica e prática da profissão. A partir do conservadorismo, dos componentes da “nova proposta”, recupera o tradicionalismo da profissão, a herança psicossocial, as dinâmicas individuais com viés psicologizante, recuperando a intervenção em nível de micro atuação. A Reatualização do Conservadorismo não impõe mudanças significativas no agir profissional pois mantém algumas práticas conservadoras.

A terceira é a perspectiva que se propõe como intenção de ruptura com o serviço social tradicional. Essa vertente se coloca em discussão na profissão, na segunda metade da década de 1970. Nesse período, a participação popular em movimentos contrários ao regime militar aumenta, como os movimentos estudantil e sindical. A perspectiva de intenção de ruptura deveria construir-se sobre bases novas, como também um resgate crítico de tendências para adequar a profissão à realidade brasileira. Esta perspectiva se constitui de três momentos distintos: o da sua emergência, o da sua consolidação acadêmica e a categoria profissional.

A importância da inserção do Serviço Social no circuito acadêmico, foi que intervieram de forma decisiva no processo de renovação da profissão no Brasil. A emergência desta perspectiva renovadora está contida no trabalho, entre 1972 e 1975, pelo grupo de

jovens profissionais da escola de Serviço Social da Universidade católica de MG, onde se formulou o método BH, região metropolitana em ampla industrialização, desde meados dos anos de 1950, foi campo político das elites reacionárias articuladores do golpe de 1964. BH foi cenário de importantes movimentos populares e sindicais, inclusive movimentos de classe operária, com a existência de uma forte tradição estudantil, democrática e de perspectiva revolucionária e socialista. Todos estes elementos da segunda metade dos anos 60, torna BH um lugar adequado ao projeto profissional de ruptura. Pela direção de Leila Lima e Ana Quiroga, estudante profissional da escola mineira define uma renovação do Serviço Social a partir desse sócio político e intelectual do Serviço Social, o Marxismo Leniano, que se tornou um padrão de análise textual da documentação profissional.

Será no ano de 1979 que este processo crítico adquire visibilidade durante o "Congresso da Virada" quando dirigentes sindicais são chamados para compor a mesa de honra do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS). Que contribuiu para que os profissionais percebessem o seu pertencimento à classe trabalhadora, deixando de lado aquela velha característica conservadora que atendia apenas os interesses burgueses. Entrou então na agenda do Serviço Social a questão de reformular a formação profissional para que fosse capaz de formar profissionais adequados para atender todas as antigas e novas demandas dentro da sociedade brasileira, construindo um novo perfil profissional mais moderno.

O método BH foi além da crítica ideológica, metodológica, e das recusas das práticas próprias de tradicionalismo, sendo significativo no projeto profissional, para a formação dos quadros técnicos e para a intervenção do Serviço Social. A universidade possui um vínculo com a construção e desenvolvimento da intenção de ruptura com o conservadorismo, pois, as universidades mesmo num contexto ditatorial, representam um espaço de construção de saber, pelo seu caráter científico. Nesse sentido crítico, estabelece-se a *contradição* à perspectiva da modernização conservadora e a *recusa* ao conservadorismo moderno da reatualização conservadora. A formação do Serviço Social sob a autocracia burguesa, fez ele viver um descompasso, ao mesmo tempo que deveria atender a modernização conservadora da ditadura, avançou nas condições críticas, através de lutas pelos direitos sociais e políticos, trazendo legitimidade à profissão.

Contudo, o legado do método BH, consiste na busca para ampliar o espaço profissional, ganhar autonomia profissional para poder desenvolver uma prática profissional crítica. Com toda esta releitura, enfrentando e denunciando o conservadorismo, foram produzidos diversos materiais, pelos quais vieram a se tornar o nosso Projeto Profissional, dando bases para o que viria a ser o Projeto Ético Político do Serviço Social, que tem como

pano de fundo um projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central. Propõe a construção de uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, etnia e gênero, ou seja, este projeto tem o propósito de transformação da sociedade brasileira. O código de ética do assistente social apresenta como centralidade o compromisso com a classe trabalhadora.

Carolina Maria de Jesus vivenciou o período (1914 - 1977), em que o Serviço Social teve forte influência da igreja católica, baseando-se no humanismo cristão. A profissão nesta época correspondia aos interesses da classe dominante, na qual se acreditava em uma harmonia entre as classes, baseando-se na obediência por parte dos trabalhadores e caridade dos capitalistas.

Carolina complementa essa questão trazendo fortes críticas ao governo Juscelino, que acelerava a industrialização e se omitia em relação às questões sociais.

Quando cheguei do palácio, que é a cidade os meus filhos, vieram dizer-me que havia encontrado macarrão no lixo. E a comida era pouca, eu fiz um pouco de macarrão com feijão. E o meu filho João José disse-me: – Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que eu vi a minha palavra falhar. Eu disse: – É que eu tinha fé no Kubitschek. – A senhora tinha fé e agora não tem mais? – Não, meu filho. A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso paiz tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é franca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia. (JESUS, 2005, p. 35)

É no governo de Juscelino que ela escreve o livro “Quarto de Despejo: Diário de uma favelada”. Nesse livro retrata a desigualdade social vivida na favela, como também problematiza a atuação do Serviço Social frente a essa questão. Mostrando uma profissão antiética, sem compromisso com os pobres, visando apenas interesses da classe rica. Em uma passagem do livro, a autora relata o fato de um morador de rua, falecer por comer carne estragada. E mostra o silenciamento da profissão diante do fato.

A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isso não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infaustas dos marginais. [...] No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (JESUS, 2005, p. 36).

No próprio livro, ela descreve uma cena na sede do Serviço Social. De maneira crítica, a autora mostra como a profissão nesse período tinha um posicionamento conservador. A identidade do Serviço Social nesse período foi atribuída pela classe dominante.

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembléia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi o ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em reação ao povo. (JESUS, 2005, p. 47).

A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isso não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infaustas dos marginais. [...] No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (JESUS, 2005, p. 36).

No próprio livro, ela descreve uma cena na sede do Serviço Social. De maneira crítica, a autora mostra como a profissão nesse período tinha um posicionamento conservador. A identidade do Serviço Social nesse período foi atribuída pela classe dominante.

Mas eu já observei os nossos políticos. Para observá-los fui na Assembléia. A sucursal do Purgatório, porque a matriz é a sede do Serviço Social, no palácio do Governo. Foi lá que eu vi o ranger de dentes. Vi os pobres sair chorando. E as lágrimas dos pobres comove os poetas. Não comove os poetas de salão. Mas os poetas do lixo, os idealistas das favelas, um expectador que assiste e observa as tragédias que os políticos representam em reação ao povo. (JESUS, 2005, p. 47).

Carolina assume: "Tenho apenas dois anos de grupo escolar, mas procurei formar o meu caráter". (JESUS.2005. p.13). Semianalfabeta, Carolina nunca deixou de escrever, ainda que fosse em cadernos encardidos amontoados, cercada de afazeres domésticos e trabalhos de catadora e lavadora de roupa na rua, para sustentar a casa. Nas margens do Rio Tietê, nos anos 60, se formavam as periferias. Foi na rua A, no barraco número 9 da favela do Canindé (em São Paulo) que Carolina deixou registradas as suas impressões cotidianas. O livro "Antologia pessoal" de Carolina Maria de Jesus é um livro que retrata a bibliografia da autora, com dimensão polêmica da expressão das poesias populares, escritas por alguém do povo. Seu enredo de vida pessoal e pública foi até certo ponto testemunho na lógica de uma cultura que diz buscar Direitos Humanos e igualdade feminina.

A ruptura com o conservadorismo no Serviço Social ganha novos patamares, com a teoria social crítica onde a profissão se reconhece como trabalhador assalariado no processo

de produção e reprodução das relações sociais capitalistas, particularizando sua inserção na divisão social e técnica do trabalho, passando atuar no campo das políticas sociais, sendo uma profissão demanda pelo estado para atuar nas múltiplas expressões da “questão social”, decorrente do modo de produção capitalista e da esfera estatal, que interfere nas relações da sociedade civil.

Desafiando cotidianamente os assistentes sociais, a pensar em política sociais, balizadas no projeto ético político da profissão que tem como pano de fundo um projeto societário, radicalmente democrático, que tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central, ou seja, autonomia, expansão e emancipação dos indivíduos sociais. Onde propõem uma nova ordem social, sem exploração ou dominação de classe, gênero e etnia, além disso, este projeto tem como propósito a transformação da sociedade brasileira, aliado ao código de ética que tem como centralidade o compromisso com a classe trabalhadora, para isso o profissional deve sempre estar em constante estado de aprimoramento para melhor atender as demandas do usuário, garantindo os direitos civis, políticos e sociais.

Desta forma, os projetos profissionais apresentam valores que reconhece e prioriza os seus objetivos e funções, elaborando requisitos teóricos, institucionais e práticos para seu exercício e prescrevendo o comportamento dos profissionais, além de estabelecer os limites entre a relação com os usuários, ou outras profissões e principalmente com as organizações e instituições sociais tanto as privadas como as públicas.

Foi preciso ir além do estrondo que foi “Quarto de Despejo” para compreendermos o que Carolina tinha a dizer, e como sua escrita tinha relação com a realidade social mais ampla que tentamos analisar. Assim, buscamos entender como a obra de Carolina Maria de Jesus representava, transformava em expressão artística, a nossa própria estrutura social e mais, como ela pôde perceber e transmitir todo o peso da violência que perpassa as relações sociais em nossa sociedade. Entende-se que o Brasil é um país repartido por classes, o que implica em dizer que os indivíduos que fazem parte das classes ditas inferiores, sempre foram privados de saúde, emprego, alimentação adequada, educação, saneamento, entre outros serviços, e por consequência sofrem com a vulnerabilidade social, aos poucos foram, literalmente, expulsos do centro da cidade assim vão morar em regiões periféricas, sem qualquer estrutura e em condição de subsistência, originando as favelas. Em meio à este contexto emerge os negros como personagens efetivos. Esta vulnerabilidade torna-se mais intensa quando se trata das mulheres negras, considerando que uma parcela significativa de residentes das favelas são mulheres negras, vítimas da exclusão social, abandonadas à própria sorte, em busca de um teto para morar. O livro “Quarto de Despejo” é uma perfeita leitura do

contexto social periférico, afinal toda trama se passa numa favela, com direito a todas as características de uma periferia brasileira, sem qualquer manutenção dos Direitos Humanos. A todo o instante Carolina Maria ressalta as dificuldades de se morar em uma favela, sem acesso aos serviços básicos, e enfatiza o seu desgosto por viver em Canindé.

Para compreendermos os avanços na profissão o artigo a “A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social”, escrito pelo autor José Paulo Netto, deixa claro que o profissional de Serviço Social enfrenta no seu cotidiano barreiras diárias, em relação à sua autonomia profissional no exercício de negociação política que pode limitar sua prática profissional. Essas limitações postas pelo Estado e pelo modo de produção capitalista, pode comprometer o trabalho profissional tornando instável o projeto ético-político.

Portanto, a construção teórico-metodológica da pós-modernidade interfere diretamente na sociedade, na política, na economia e na cultura, além disso, o contexto neoliberal antagônico, torna-se uma ameaça real à implementação do projeto ético-político. Desta forma, entende-se que o projeto se mantém na contramão dos interesses éticos, políticos e operacionais do mercado contemporâneo. Além de falar sobre o seu universo pessoal e os seus dilemas cotidianos, Carolina Maria de Jesus, também teve importante impacto social, por chamar atenção para as questões sociais das periferias, a figura da mulher em uma sociedade machista, reafirmando a voz, por muito silenciada, de Carolina, até então problemas enraizado na sociedade brasileira, dando a oportunidade para se pensar mais em melhorar as políticas públicas e debater tópicos essenciais como saneamento básico, coleta de lixo, a fome, a miséria, em síntese, a vida em um espaço onde o poder público ainda negligencia.

A fim de mostrar a relevância da escrita de Carolina e, da mesma forma, mostrar a necessidade de se entender a violência social brasileira através do estudo de sua produção literária, pois somente através de sua obra pudemos perceber que existiu uma escritora negra e pobre que trouxe para a discussão a perspectiva de tantas mulheres negras e periféricas, fortes, batalhadoras, capazes de ocupar cada vez mais espaços no campos social, (e isso inclui todos os campos historicamente vedados a esse grupo, a começar pelo literário, mas também o acadêmico, artístico, científico, etc.), mas submetidas e condicionadas a um mundo, cujas regras ainda são dadas por outros.

Percebe-se que, mesmo com tantos avanços no cenário contemporâneo, não há um olhar franco para a população com maior vulnerabilidade quando é citada a condição socioeconômica. Sendo assim, para que o mínimo de condições dignas não se torne um problema, é necessária a elaboração e concretização de políticas públicas eficientes que

solucionem a tribulação vivida por grande parte do nosso meio, sendo uma dessas, simplesmente se alimentar.

Contudo, torna-se evidente que embora o projeto atualmente se mantenha em condições adversas, na privatização do Estado, no desemprego, na falta de proteção social e concentração da riqueza no modo de produção capitalista. Somente desta maneira, entende-se que o projeto ético-político do Serviço Social tem futuro, o que depende do fortalecimento do movimento democrática e popular, para intervir na realidade, em busca de um projeto societário que seja emancipatório.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É pertinente considerarmos que ser mulher em um mundo regido pelo modo de produção capitalista nos expõe a determinações tão cruéis, que poderíamos dizer que só o fato de nascermos, já seria o suficiente para estarmos condenadas a tempos difíceis. Em se tratando da realidade brasileira, precisamos levar em conta a nossa formação sócio histórica. O nosso país foi construído por mãos de pessoas, homens e mulheres negras e indígenas que foram sequestradas e escravizadas por quase 400 anos, o que teria configurado um dos maiores crimes de tráfico humano que aconteceu na história da humanidade, e que propiciou cicatrizes que até hoje não foram superadas e que refletem direta e cotidianamente na nossa estrutura social e econômica. Devemos lembrar que vivemos em um país de capitalismo dependente sob o controle de uma burguesia, o que significa que a nossa condição no globo econômico é de país subordinado e com uma economia totalmente dependente em relação aos países de capitalismo central-dominante. Nessa relação e condição entre Estados Nação imperialistas e dependentes, enfatiza-se que a burguesia local absolutamente não se importa com as necessidades do seu próprio povo.

Refletir sobre o real sentido da família pertencente à “classe trabalhadora” em um mundo capitalista faz parte do nosso exercício para entender o que precisamos fazer para superar a nossa condição de superexploradas (os) nesta configuração econômico-social vigente. A mulher está condicionada à dupla jornada de trabalho, e nem mesmo o significado de ser mãe a “pertence”, pelo contrário, as definições estão mais próximas da obtenção de lucro, e o real sentido do termo “família” só existe mesmo para as famílias burguesas.

A classe trabalhadora é diversa, sendo necessário levar em consideração as particularidades das mulheres e das mulheres negras nesse sistema. As mulheres tendem a sofrer com julgamentos “infindáveis” que as qualificam como um ser inferior, e desse modo, o mercado capitalista se apropria desses julgamentos para condicioná-las aos piores cargos, remunerações salariais e condições de trabalho.

As mulheres negras brasileiras tendem a sofrer ainda mais que as mulheres brancas, pois além dos pré-julgamentos, ainda se somam o peso de um passado escravocrata, que se baseia no racismo estrutural e cultural como forma de oprimi-las diariamente. Mesmo compondo uma parcela da “classe trabalhadora”, a mulher negra hegemonicamente tem sido submetida às piores condições sociais, econômicas e políticas e está comprimida a aceitar tal condição, pois precisa trabalhar para sobreviver e manter seus dependentes, mesmo que em condições difíceis e precárias.

Demarcamos que o intuito deste trabalho de conclusão de curso em Serviço Social também é referenciar as lutas que foram travadas durante o passar dos anos, ou seja, é reconhecer a importância que tiveram as manifestações de mulheres de todo o mundo em tempos anteriores ao nosso e que nos proporcionaram estar onde estamos e ocupar os espaços que ocupamos nos dias de hoje. No entanto, é necessário também explicitar que compreendemos que não podemos libertar as mulheres, nos libertar da sua /nossa condição de superexploradas enquanto uma delas / uma de nós não couber no “nosso feminismo”.

Diante disso, é nosso dever compreender que a mulher (negra e pobre) no Brasil, país de capitalismo dependente, com governantes que apoiam as investidas do neoliberalismo a partir da crescente globalização econômica, terá ainda mais dificuldades de sair desse abismo social que se transformou a sociedade em função da cada vez mais aprofundada contradição Capital x Trabalho, e que desse modo, deixa qualquer que seja a ideia de emancipação, ainda mais distante. Porém, cada vez mais urgente e necessária no que se refere à superação desse mesmo contexto contraditório, explorador e opressor. Portanto, vejamos a extrema urgência e pertinência que é discutirmos sobre gênero, classe e raça, para que de fato, se torne pauta de lutas na busca pela verdadeira libertação das mulheres negras e de todos os grupos oprimidos por esta sociedade. Após escrever este estudo, tenho consciência de que o lugar da mulher pertencente à classe trabalhadora brasileira é o lugar de luta, resistência e denúncia.

No Brasil a construção do ser negro intelectual perpassa por inúmeros desafios e, ao estudar a narrativa da escritora Carolina Maria de Jesus, na qual ela narra sua própria trajetória de vida, foi possível perceber que Carolina se constituiu uma intelectual enquanto lutava, estudava, produzia suas obras, peças de teatro, compunha músicas, desenvolvia sua capacidade de produzir leitura, pensamento, e criar arte.

Carolina nos permitiu entender os dilemas e desafios que teve que superar, nos mostra o quanto o universo cultural e intelectual nacional dificulta a construção e propagação do conhecimento negro no país, já que este universo é composto um grupo privilegiado. Carolina não apresentava nenhum dos requisitos exigidos como, condição financeira estável, pele branca, formação superior, alto domínio da língua culta. Por isso, dificilmente encontramos fragmentos de suas obras nos currículos escolares, como acontece com outros escritores e escritoras negros (as) do Brasil.

Essa realidade pode mudar devido ao estudo de muitos pesquisadores e pesquisadoras que acreditam que as obras de Carolina Maria de Jesus tem o mesmo teor de importância que as demais obras literárias produzidas no país, O que precisa ser levado em consideração é o papel que cada obra vai desempenhar na construção de uma sociedade mais crítica, melhor,

onde a igualdade prevaleça, e os intelectuais brasileiros possam ser reconhecidos independente da sua cor, condição de gênero, financeira, política, religiosa, formação escolar e profissional, morar na cidade ou na periferia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?** Disponível em: <<http://justificando.cartacapital.com.br/2018/05/30/escrito-por-silvio-almeida-oque-eracismo-estrutural-entra-na-pre-venda>> Acesso em 17 de agosto de 2022.
- ALMEIDA, Sílvio. **Racismo estrutural**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.
- BATISTONI, Maria Rosângela. **O Movimento de Reconceituação no Brasil: O Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-1980)** In: Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea. Nº 40. Rio de Janeiro: UERJ.2018.
- BEZERRA, Elaine Mauricio. **A originalidade do pensamento de Heleieth Saffioti na análise crítica sobre a condição da mulher na sociedade capitalista**. In: Lutas Sociais (PUC-SP), v. 27, p. 70-81, 2011.
- CARNEIRO, Sueli. **A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas**. Cadernos Geledés, São Paulo.
- CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. 06 de março de 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/#gs.vt3GS1w>>. Acesso em 19 de agosto de 2022.
- CARTA CAPITAL. **Florestan Fernandes: A luta negra é de todos**. Julho, 2017. Editora Cortez/Autores Associados, São Paulo: 1989.
- Cisne, Mirla. **Feminismo e Consciência de Classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2015.
- COSTA, Eliane Silvia. **Racismo, política pública e modos de subjetivação em um Quilombo do Vale Ribeira**. São Paulo: 2012.
- COTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, pp. 71-99, 1995.
- CUTI. **Literatura negro-brasileira**. São Paulo: Selo Negro, 2010. E-book.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DESLANDES, Suelly Ferreira. **A construção do projeto de pesquisa**. In: MINAYO, Maria Cecília. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Vozes, 2009, p. 46-55 (1996). Antologia pessoal. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- EVARISTO, Conceição. **Da representação à auto-representação da mulher negra da mulher negra na literatura brasileira**. *Revista Palmares: cultura afro-brasileira*, Brasília, ano 1, n. 1, ago. 2005. p.54.
- Fernanda Felisberto. **Escritoras negras e seu fortalecimento intelectual**. 2011. Ano 8. Edição 70 -29/02/2012.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes. Vol I. O legado da “raça branca”**. Dominus Editora. Editora da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1965.
- FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5 Ed. São Paulo: Editora Globo, 2008.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. 5ª Ed. São Paulo: Globo, 2006. (1ª edição: 1975)
- FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e Classes sociais na América Latina**. 2 Ed. Rio de Janeiro, 1975.
- GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas S. A., 2002
- GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. RIOS, Flavia; LIMA, Márcia (org.). Rio de Janeiro: Zahar, 2020, p. 179-182.

- IAMAMOTO, Marilda V. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.
- IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada **Dossiê mulheres negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília; Ipea, 2013.
- JESUS, Carolina Maria de. **Antologia pessoal**. (Org) José Carlos Sebe Bom Meihy.- Editora UFRJ,1996.
- JESUS, Carolina Maria de. **Casa de Alvenaria**: diário de uma ex- favelada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1961.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro, Nova Fronteira,1986.
- JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes Felicidade?** (Org). Dinha e Fernanda Fernandez. - São Paulo. Me Parió Revolução, 2014.
- JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da fome**. EDITORA AQUILA LTDA, São Paulo, Brasil, 1963.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.
- JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo** – diário de uma favelada. -10. Ed. São Paulo: Àtica, 2014.
- Lobo, Elizabeth Souza. **A classe operária tem dois sexos**. São Paulo, Editora Brasiliense, 1991.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro I: Tradução Rubens Enderle. Boitempo Editorial: 2011.
- MARX, Karl. Os Economistas - **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, O Processo de Produção do Capital. Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Lutas de classes na Alemanha**. 1ª edição: Tradução Nélcio Schneider. Boitempo Editorial: Novembro de 2010.
- NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 2ed. São Paulo: Cortez, 1996.
- Netto, José Pulo. **A construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Módulo 1. Brasília: CEAD/ ABEPSS/ CFESS, p.01-22; 1999.
- O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social e Sociedade*. N.30. Abril. 1989. P. 89-102.
- REIS, Maria Firmina dos. Úrsula. 2. ed. Impressão fac-similar. Prólogo de Horácio de Almeida. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica Editora LTDA, 1975.
- RIBEIRO, Djamila. **O que é: lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.
- SAFFIOTI, Heleieth, *A mulher na sociedade de classes: mito ou realidade*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1976.
- SAFFIOTI, Heleieth. Iara. Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. 2ª edição, São Paulo:Expressão popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.
- THEODORO, M. (Org.). **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição**. Brasília: Ipea, 2008.